

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR MPF/PRPE N.º 21/2024

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade de combate a pragas urbanas nas dependências internas e externas na sede da Procuradoria da República em Pernambuco e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

I – NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1 - A presente contratação se faz necessária para:

- Prevenir, identificar possíveis riscos e evitar a proliferação de pragas urbanas, tais como: ratos, baratas, escorpiões, formigas, cupins, mosquitos, pernilongos, etc.;
- Evitar a proliferação de bactérias e doenças;
- Eliminar os focos onde determinados insetos e ratos podem se desenvolver ou, em casos mais extremos, eliminar os próprios agentes (moscas, baratas, escorpiões e outros seres);
- Contribuir para ambientes mais limpos, garantindo mais segurança para a saúde dos integrantes da PRPE e visitantes;
- Manter a sede da PRPE livre da infestação de animais que podem tornar o ambiente de trabalho insalubre e suscetível à transmissão de doenças, tanto para os servidores, quanto para o público em geral que busca atendimento nas suas dependências;
- Garantir as condições sanitárias adequadas ao desenvolvimento das atividades na sede da Procuradoria da República em Pernambuco;
- Assegurar a conservação e o consequente aumento da durabilidade dos bens públicos sensíveis, como, por exemplo, os aparelhos de informática, aparelhos eletrônicos do CPD e da central de monitoramento (CFTV), embasando-se pelo princípio da indisponibilidade dos bens públicos e economicidade que orientam a administração pública como um todo.

Assim, considerando que a PRPE não possui em seu quadro de servidores pessoas com qualificação técnica para o controle de pragas urbanas, tampouco o serviço faz parte do atual contrato de limpeza da Unidade, a contratação se faz necessária.

II – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1 - A referida contratação encontra-se no Plano de Contratações Anual da PRPE para o exercício de 2024, e está inserida no Planejamento Estratégico Institucional – PEI/MPF para os anos de 2022-2027, instituído por meio da Portaria PGR/MPF nº 1.084, de 19 de dezembro de 2022, principalmente quanto ao atingimento do seguinte objetivo: "OE 15: Garantir a efetividade das ações de qualidade de vida e de bem-estar no trabalho presencial e remoto".

III – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1- Requisitos Funcionais

3.1.1 - Os serviços contratados deverão atender aos requisitos mínimos de qualidade, de sustentabilidade e outras condições específicas, além de apresentar padrões condizentes com a legislação e a boa prática, sem prejuízo das especificações a serem previstas no termo de referência. Neste sentido, a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 622, da ANVISA, de 9 de março de 2022, que dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas, determina que estas atendam aos seguintes requisitos funcionais:

3.1.1.1 - A empresa especializada somente pode funcionar depois de devidamente licenciada junto à autoridade sanitária e ambiental competente. OBS.: A empresa instalada em cidade que não possua autoridade sanitária e ambiental competente municipal está obrigada a solicitar licença junto à autoridade sanitária e ambiental competente regional, estadual ou distrital a que o município pertença.

3.1.1.2 - A contratação de prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas somente pode ser efetuada com empresa especializada.

3.2 - Requisitos Legais

A presente contratação será regida pela Lei 14.133/2021.

A contratada deve atentar para os seguintes normativos:

- **Instrução Normativa nº 01/2010 - SLTI/MPOG** - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- **Lei nº 12.305/2010** - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- **Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022** - Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- **Resolução ANVISA RDC nº 622, de 9/3/2022** - Dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências;
- **Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976** - Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências;
- **Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013** - Regulamenta as condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências;
- **Norma Regulamentadora nº 6 do MTE**, atualizada em 20 de dezembro de 2022 pela Portaria MTP Nº 4.219 - Estabelece os requisitos para aprovação, comercialização, fornecimento e utilização de Equipamentos de Proteção Individual – EPI;
- **Lei nº 14.785, de 27 de dezembro de 2023**, lei dos agrotóxicos e afins;
- **Lei Estadual ordinária nº 12753, de 21 de janeiro de 2005** - Dispõe sobre o comércio, o transporte, o armazenamento, o uso e aplicação, o destino final dos resíduos e embalagens vazias, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, bem como o monitoramento de seus resíduos em produtos vegetais, e dá outras providências;
- **Decreto Estadual nº 31246**, de 28 de dezembro de 2007 - Regulamenta a Lei nº 12.753, de 21 de janeiro de 2005;
- **Portaria ADAGRO nº 031/20019** - Dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas, expurgo/fumigação e capina química e dá outras providências.

3.3 - Requisitos da natureza continuada do serviço/fornecimento

3.3.1 - Conforme demonstrado no subitem 1.1, da necessidade da contratação, o serviço pretendido é fundamental às atividades do órgão. Há a necessidade permanente do serviço, sob pena de comprometer o serviço ao público, podendo assim ser caracterizada como serviço de natureza continuada, conforme o inciso XV, art. 6º, da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, *in verbis*:

"XV - serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;"

3.3.2 - Ademais, neste sentido, o objeto desta contratação é considerado serviço de natureza continuada no âmbito do Ministério Público Federal (MPF), conforme prescreve a Instrução Normativa SG/MPF nº 1, de 8 de fevereiro de 2018, *in verbis*:

"Art. 1º No âmbito do Ministério Público Federal, as seguintes contratações são consideradas serviços de natureza continuada:

(...)

L. Serviços de desinsetização, desratização e pulverização de mosquitos e serviços afins;

(...) grifo nosso”

3.3.3 - Dessa forma, com base nos artigos 106 e 107, da Lei nº 14.133/2021, a Administração da PRPE poderá celebrar contrato com prazo de vigência de **até 5 (cinco) anos**, permitindo a sua prorrogação sucessiva, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, bem como a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

3.4 - Requisitos Temporais

3.4.1 - É obrigatória a realização de, no mínimo, 02 (duas) dedetizações gerais, por ano, onde serão dedetizados todos os ambientes internos e externos da PRPE. Esse serviço deverá ser acompanhado por um servidor da PRPE. A primeira dedetização ocorrerá no início do contrato e a segunda após 06 (seis) meses a primeira.

3.4.2 - Além das dedetizações gerais descritas no subitem acima, serão realizadas dedetizações e atomizações **mensalmente nas áreas comuns e em áreas indicadas pelo setor demandante**, ou a qualquer tempo, caso haja qualquer ocorrência de praga.

3.4.3 - Os serviços de dedetização e atomização deverão ser realizados obrigatoriamente aos sábados, pela manhã. O setor demandante indicará os ambientes que deverão ser atomizados previamente, tais como: corredores dos andares, salas, auditório e recepção.

3.4.4 - A aplicação deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da ORDEM DE SERVIÇO INICIAL. Este prazo poderá ser prorrogado, desde que solicitado e justificado pela empresa contratada e aceitas as justificativas pela Administração.

3.5 - Requisitos de Segurança

3.5.1 - Agendar com o Núcleo de Manutenção e Serviços Gerais a data e hora da realização das visitas, com antecedência de 03 (três) dias, por e-mail ou mensagens de WhatsApp, informando o nome e identificação do(s) profissional(is) responsáveis pela execução das atividades.

3.5.2 - Os funcionários das empresas contratadas deverão adequar-se às regras de segurança da circulação e identificação da PRPE, bem como à legislação pertinente.

3.5.3 - A empresa contratada deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários à execução dos serviços.

3.5.4 - Os serviços deverão ser executados quando não houver expediente no Órgão, preferencialmente aos sábados, domingos ou feriados, por profissionais especializados, e deverá atender às recomendações da ANVISA quanto à metodologia de aplicação, utilização de equipamentos de segurança, cuidados com a saúde e com o meio ambiente.

3.5.5 - Em relação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a CONTRATADA e a CONTRATANTE devem zelar pela proteção dos Dados Pessoais, comprometendo-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural; observando o dever de sigilo, quanto às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio; cumprindo obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral.

3.6 - Requisitos Técnicos

Sem prejuízo das especificações que constarão no termo de referência, a empresa especializada deve observar que:

3.6.1 - Para a prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas, somente podem ser utilizados os produtos saneantes desinfestantes de venda restrita a empresas especializadas, ou de venda livre, devidamente registrados na ANVISA.

3.6.2 - A empresa especializada deve afixar cartazes informando a realização da desinfestação, com a data da aplicação, o nome do produto, grupo químico, telefone do Centro de Informação Toxicológica e números das licenças sanitária e ambiental.

3.6.3 - Utilização do método químico, tendo em vista que os métodos não químicos já são utilizados diariamente. Opta-se pelo processo de espargimento (spray), gel inseticida, “fog”,

atomizador, desratização com emprego de raticidas granulados e barras e/ou iscas, e/ou outros meios eficientemente comprovados.

3.6.4 - Os raticidas serão colocados em locais estratégicos, não acessíveis ao contato humano. O material a ser utilizado na isca deverá ser eficaz, possuir um poder fulminante, com características de matar os roedores, não permitindo, assim, a circulação de ratos e morcegos envenenados, bem como não permitir que o rato depois de morto vá à putrefação, exalando mau cheiro e venham a causar entupimentos nas tubulações;

3.6.5 - Os produtos a serem utilizados deverão ter as seguintes características: serem antialérgicos e inofensivos à saúde humana; não causarem manchas nas paredes, divisórias, mobiliários, persianas, painéis e pisos em geral; tornarem-se inodoros após 120 minutos de aplicação e serem registrados na ANVISA.

3.6.6 - A aplicação utilizando o método "spray" deve ser composta de produtos químicos devidamente preparados e apropriados para cada local. Esta aplicação deverá ser utilizada em todos os espaços e locais da edificação.

3.6.7 - Para o emprego do método "gel bactericida", a aplicação consistirá na colocação do inseticida em todos os mobiliários e equipamentos eletrônicos, tais como computadores, impressoras, mobiliários e outros lugares que potencialmente possam ser ambientes de morada ou passagem de pragas e vetores.

3.7 - Requisitos de Garantia contratual

3.7.1 - Segundo a Lei nº 14.133/2021:

"Art. 98 Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia poderá ser de até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até 10% (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos."

3.7.2 - Conforme a 4ª Edição da Revista Atualizada e Ampliada Licitações e Contratos - Orientações e Jurisprudência do TCU:

"É facultado à Administração exigir prestação de garantia nas contratações de bens, obras e serviços, de modo a assegurar plena execução do contrato e a evitar prejuízos ao patrimônio público. Antes de estabelecer no edital exigência de garantia, deve a Administração, diante da complexidade do objeto, avaliar se realmente é necessária ou se servirá apenas para encarecer o objeto"

3.7.3 - Levando-se em conta os seguintes fatores:

- Há discricionariedade por parte da administração quanto à exigência ou não de garantia;
- Deverá ser analisada a complexidade do objeto;
- No último contrato firmado da Procuradoria da República em Pernambuco com o mesmo objeto da contratação em questão, não foi exigida garantia e não ocorreram quaisquer intercorrências na execução do serviço.

3.7.4 - Assim, ante a baixa complexidade do objeto, ao histórico de não ocorrência de descumprimentos contratuais e a não ocorrência de prejuízos à Administração no contrato anterior, não será exigida garantia contratual.

3.8 - Requisitos de qualificação técnica

São exigências da **Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 622**, da ANVISA:

3.8.1 - Registro ou inscrição, pertinente e atualizado, da empresa e do(s) responsável(is) técnico(s) junto ao conselho profissional competente.

3.8.1.1 - A empresa especializada deve ter um responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, sendo profissional que possua, nas atribuições do conselho de classe respectivo, competência para exercer tal função.

3.8.1.2 - Considera-se habilitado para a atividade de responsabilidade técnica o profissional que possua comprovação oficial da competência para exercer tal função, emitida pelo seu conselho profissional.

3.8.1.3 - A comprovação do vínculo dos profissionais com a empresa participante dar-se-á mediante: (A) apresentação da CTPS do profissional, ou outro documento trabalhista legalmente reconhecido, no caso de o profissional ser funcionário do licitante; ou (B) apresentação do contrato social e/ou ata de eleição da diretoria, no caso de o profissional

pertencer ao quadro societário do licitante; ou (C) apresentação do contrato de prestação de serviços com vigência válida;

3.8.1.4 – O(s) profissional(is) indicado(s) pela empresa, como o (s) responsável(is) técnico(s) pela execução do objeto, poderão ser substituídos por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovado pela Administração da PRPE.

3.8.2 - A qualificação técnica da empresa também será comprovada por meio de um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m):

3.8.2.1 - Ter o licitante executado ou estar executando de forma satisfatória serviços pertinentes e compatíveis em características e quantidades com o objeto desta licitação.

3.8.2.2 - Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, conforme Acórdão TCU nº 1214/2013.

3.9 - Requisitos de qualificação econômica

3.9 - Considerando se tratar de uma contratação de pequeno vulto e de baixa complexidade, não há necessidade de exigir documentos de qualificação econômica para fins de habilitação.

3.10 - Requisitos de Sustentabilidade econômica, social e ambiental

3.10.1 - A empresa deverá cumprir os requisitos de sustentabilidade ambiental do subitem 3.11, bem como assinar, sob as penas da lei, declaração de que atende aos critérios de sustentabilidade ambiental e declaração social de inexistência de trabalho escravo, não exploração do trabalho infantil-juvenil e não discriminação.

3.10.2 - A empresa deverá apresentar material constituído e embalado com critérios socioambientais vigentes decorrentes da Lei nº 6.938/81 e regulamentos, com os respectivos registros e comprovações oficiais (exemplo: Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras, ANVISA, ou certificação energética), além de atentar para as exigências da Política de Resíduos Sólidos.

3.10.3 - Serão solicitados critérios de sustentabilidade nas especificações dos itens e nas exigências a serem cobradas dos fornecedores de acordo com diplomas legais e os compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro.

3.10.4 - Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000.

3.11 - Requisitos de Sustentabilidade Ambiental

3.11.1 - Os serviços prestados pela empresa contratada deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos.

3.11.2 - A contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro de pessoas envolvidas com o manuseio de ferramentas, instrumentos, equipamentos e inflamáveis, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho. Ela deve também se responsabilizar por ações e/ou omissões sobre os resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados, nos locais das manutenções, removendo e destinando-os a locais próprios.

3.11.3 - A empresa deve seguir as regras de manuseio, transporte, inutilização das embalagens e descarte correto das embalagens previstas.

3.11.4 - A empresa deverá adotar as medidas necessárias:

3.11.4.1 - para minimizar o impacto ambiental, considerando: Regiões onde o lençol freático for muito próximo do nível do solo, (particularmente regiões litorâneas).

3.11.4.2 - áreas de preservação ambiental.

3.11.4.3 - áreas de mananciais.

3.11.4.4 - áreas onde há tratamento de esgoto individual, utilizando fossas sépticas.

3.11.5 - Observar o art. 6º da IN nº 01/2010, atendendo, no que couber, aos requisitos descritos no referido artigo.

3.11.6 - A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar **deve apresentar, juntamente com a proposta, os seguintes documentos:**

3.11.6.1 - Certificado de Registro de Estabelecimento obtido junto à Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco – ADAGRO;

3.11.6.2 - Licença Ambiental do órgão competente regional, estadual, distrital ou municipal a que o município pertença;

3.11.6.3 - Alvará de licença para localização ou exercício da atividade;

3.11.6.4 - Licença de Funcionamento da Vigilância Sanitária municipal;

3.11.6.5 - Documento comprobatório da devolução/destinação correta das embalagens dos produtos.

3.11.7 - Sugere-se que seja inserido na Minuta de Contrato, entre os itens de obrigações da contratada: Poderá a Administração, a seu critério, no transcurso do prazo de vigência contratual, exigir dos fornecedores a apresentação de atestados, certificações ambientais e demais documentos que comprovem o atendimento ao previsto nos itens anteriores.

3.11.8 - Os veículos para transporte dos produtos saneantes desinfestantes e equipamentos devem ser dotados de compartimento que os isolem dos ocupantes, devendo ser de uso exclusivo para atividade de controle de vetores e pragas urbanas e atender às exigências legais para o transporte de produtos perigosos.

3.11.9 - O transporte dos produtos e equipamentos não pode ser feito por meio de veículos coletivos em hipótese alguma, independentemente de quantidades, distâncias ou formulações.

3.11.10 - A empresa especializada fica obrigada a devolver as embalagens, no prazo máximo de um ano da data de compra dos respectivos produtos, aos estabelecimentos onde foram adquiridas, ou em postos ou centrais de recebimento por eles conveniados e previamente licenciados pelo órgão estadual competente. Caso essa devolução não ocorra, a responsabilidade pelo destino passa a ser da empresa especializada que deve guardar os comprovantes da referida destinação.

3.11.11 - O estabelecimento que receber as embalagens supracitadas deve fornecer à empresa especializada documento comprobatório de recebimento das embalagens.

3.11.12 - A empresa especializada fica obrigada a inutilizar as embalagens dos produtos saneantes desinfestantes antes de sua devolução aos estabelecimentos onde foram adquiridas, ou em postos ou centrais de recebimento por eles conveniados.

3.11.13 - As embalagens laváveis dos produtos saneantes desinfestantes devem ser submetidas à tríplex lavagem antes de sua devolução, devendo a água ser aproveitada para o preparo de calda ou inativada, conforme instruções contidas na rotulagem ou por orientação técnica do fabricante do produto e do órgão competente. As embalagens vazias de produtos que não apresentam solubilidade em água não devem passar por tríplex lavagem, devendo a empresa especializada seguir as orientações do fabricante e as legislações vigentes.

3.12- Outros requisitos aplicáveis

3.12.1 - Em conformidade com o art. 63, § 2º, o aviso da contratação direta poderá prever, sob pena de inabilitação, a necessidade de o licitante atestar que conhece o local e as condições de realização da obra ou serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

3.12.2 - O aviso da contratação direta deverá prever a possibilidade de substituição da vistoria por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

3.12.3 - Se os fornecedores optarem por realizar vistoria prévia, a Administração deverá disponibilizar data e horário diferentes para os eventuais interessados.

3.12.4 - A CONTRATADA deverá manter preposto junto à CONTRATANTE, aceito pela respectiva Fiscalização, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente na execução do contrato, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante comunicação formal.

3.12.5 - A empresa deve responsabilizar-se pelo treinamento dos seus funcionários, para habilitá-los à execução das atividades de armazenamento, manipulação, transporte e aplicação de desinfestantes domissanitários, mantendo registros dos treinamentos efetuados.

IV – ESTIMATIVA DA QUANTIDADE

Para estimar a quantidade foi levada em conta a área interna e externa da sede da Procuradoria da República em Pernambuco, o volume de frutificação no entorno da sede, a área de jardim, além do histórico nas contratações anteriores, sendo necessárias, portanto, visitas mensais para a realização dos serviços.

V – LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1 - Foram pesquisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como por organizações privadas, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias que melhor atendam à necessidade descrita neste estudo. Foram analisados Estudos Técnicos Preliminares e Editais com o mesmo objeto, como o da Procuradoria da República em Roraima, além dos contratos anteriores firmados pela PRPE, com o intuito de verificar tanto as soluções contratuais quanto as metodológicas que poderão embasar a futura contratação. As metodologias utilizadas pelas empresas atendem aos requisitos técnicos previstos no item 3.6.

5.2 - Com a finalidade de instruir este Estudo Técnico Preliminar, foram realizadas consultas, por contato telefônico, às empresas já contratadas pela PRPE para prestar o serviço nos exercícios anteriores. Ao menos 03 (três) empresas demonstraram interesse e informaram possuir a documentação elencada nos itens 3.8 e 3.11. Dessa forma, verificou-se, de forma preliminar, a existência de interesse no objeto da futura licitação e a capacidade das empresas em atender o escopo pretendido da contratação.

5.3 – Descrição e Justificativa da Solução escolhida:

A solução escolhida foi a contratação de empresa especializada para a realização do serviço de imunização e controle de pragas urbanas, caracterizando como serviço comum, com fornecimento de material, sem dedicação exclusiva e de prestação continuada a ser auferido por meio da modalidade de dispensa eletrônica, justificando-se pelo que segue:

5.3.1 – A contratação de serviços acessórios permite que a Administração Pública ganhe eficiência e qualidade na consecução das suas atividades principais, por meio de um melhor gerenciamento dos recursos humanos e materiais disponíveis.

5.3.2 – A Resolução ANVISA RDC nº 622 determina que, na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas, somente podem ser utilizados os produtos saneantes desinfestantes de venda restrita a empresas especializadas, ou de venda livre, devidamente registrados na Anvisa.

5.3.3 – As empresas de dedetização têm treinamento especializado em lidar com uma ampla variedade de pragas e conhecem os produtos e técnicas mais eficazes para eliminá-las. Eles também têm acesso a produtos e tecnologias mais avançados do que o consumidor médio e/ou doméstico. Isso significa que eles podem controlar, prevenir ou combater infestações mais rapidamente e com resultados mais duradouros.

5.3.4 – As empresas de dedetização oferecerão garantias em seus serviços. Isso significa que, se o problema de pragas persistir após o tratamento inicial, a empresa voltará para reforçar a aplicação sem custo adicional.

VI – ESTIMATIVA DO PREÇO

6.1 - Para formação do preço de referência foi escolhido o **método do menor valor** obtido na pesquisa de preços, conforme critérios de pesquisa de preços da Portaria PGR/MPU nº 100, de 31 de maio de 2023.

6.2 - Os preços de referência foram obtidos com pesquisa direta com fornecedores, sediados local ou regionalmente, no intuito de obter a realidade do mercado local. Além disto, não foram encontrados preços nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços, ou no sistema contratado, o Banco de Preços, em relação a contratações similares feitas pela Administração Pública em execução ou concluídas no perí-

odo de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, pois as licitações realizadas nesse período possuíam descrições discrepantes da necessidade da PRPE quanto à abrangência dos serviços a serem executados, à metodologia exigida na execução e às peculiaridades do ambiente no qual cada órgão está inserido.

6.3 - O pagamento será realizado MENSALMENTE, após a efetiva execução e finalização dos serviços e devido ateste pelo fiscal do Contrato.

6.4 - No preço dos serviços deverão estar inclusos todos os materiais e equipamentos necessários à sua execução, bem como os custos diretos e indiretos, inclusive taxas, impostos, fretes e outros que incidam ou venham a incidir para a sua completa execução.

6.5 - O **preço estimado MENSAL** para a presente contratação segue na tabela abaixo, perfazendo um total anual de **R\$ 6.960,00 (seis mil, novecentos e sessenta reais)**, conforme relatório de cotação em anexo.

| ITEM | DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS | PREÇO MENSAL ESTIMADO (R\$) | PREÇO ANUAL ESTIMADO (R\$) |
|------|---|-----------------------------|----------------------------|
| 1 | Prestação de serviços de combate a pragas urbanas, englobando desinsetização, desratização e descupinização, a serem executados nas dependências internas (4.212,83 m ²) e externas (880,87 m ²) do edifício-sede da Procuradoria da República em Pernambuco. | R\$ 580,00 | R\$ 6.960,00 |

VII – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1 - Descrição do objeto:

Prestação de serviços de combate a pragas urbanas, englobando desinsetização, desratização e descupinização, a serem executados nas dependências internas e externas do edifício-sede da Procuradoria da República em Pernambuco.

7.2 – Local da execução do objeto:

| ENDEREÇO | ÁREA INTERNA (M ²) | ÁREA EXTERNA (M ²) | ÁREA TOTAL (M ²) |
|---|--------------------------------|--------------------------------|------------------------------|
| Procuradoria da República em PE (Sede) Avenida Governador Agamenon Magalhães, 1800, Espinheiro, Recife/PE CEP: 52.070-080 Responsável: Flávio Koji Hiramine Telefone: (81) 2121-8958 | 4.212,83 | 6.880,87 m2 | 11.093,70 |

VIII – FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

8.1 - Para a contratação em tela foram analisados processos similares feitos por outros órgãos e entidades, por meio de pesquisa no âmbito de dispensas eletrônicas, pregões e contratações públicas através do site <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> e do Sistema de Gestão Administrativa no âmbito do Ministério Público Federal, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias e procedimentos que melhor atendam às necessidades da Administração.

Em quase todos os processos pesquisados, a solução utilizada foi a contratação de empresa especializada em serviços de combate a pragas urbanas. Diante dessa temática, a solução a ser adotada pela unidade ministerial é aderente às encontradas, qual seja, contratação de uma empresa adequadamente autorizada a prestar serviços de desinsetização, desratização e descupinização.

Durante a fase de pesquisa de preços junto à Administração Pública, observou-se que a contratação por meio da **Dispensa de Licitação, na forma eletrônica**, com base no inciso II, do art. 75, da Lei nº 14.133/2021, foi a forma mais vantajosa, considerando o custo administrativo de realizar uma licitação (princípio da economicidade) e em atenção ao princípio da eficiência, celeridade e competitividade:

"Art. 75. É dispensável a licitação:

[]

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos), no caso de outros serviços e compras;"

[]

8.2 - Para análise da exclusividade ou não da licitação para microempresas e/ou empresas de pequeno porte, a administração deve fazer a leitura e análise conjugada dos artigos 46, 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/06, conforme segue:

- Deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (LC 123/06, Art 48, I);
- Não se aplica o tratamento diferenciado a microempresas e empresas de pequeno porte quando:
 - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
 - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;
 - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 74 e 75 da Lei nº 14.133/2021, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 75 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48.

Assim, a solução passa pela contratação de empresa, por meio da realização de "**Dispensa Eletrônica exclusivo para ME/EPP**", para os serviços desinsetização, desratização e descupinização na sede da PRPE.

IX – JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Acerca do parcelamento do objeto, segue abaixo o que a legislação e os órgãos de controle dispõem sobre o tema.

Art. 40, da Lei nº 14.133/2021, dispõe:

"V - atendimento aos princípios:

[];

b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;

[];

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo."

Súmula nº 247 TCU, dispõe:

"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade."

Portanto, a regra a ser observada pela Administração nas licitações é pelo atendimento ao princípio do parcelamento do objeto, conforme disposto acima, mas é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente vantajosa e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). O órgão licitante poderá dividir a pretensão contratual em itens ou em lotes (grupo de itens), quando técnica e economicamente viável, visando maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega.

No caso em tela, pretende-se contratar o serviço de combate a pragas urbanas para a sede da Procuradoria da República em Pernambuco, e, portanto, trata-se de um **serviço único e indivisível**. Assim a disputa será **POR PREÇO GLOBAL**.

X – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1 - Os resultados pretendidos ao realizar essa aquisição são multifacetados e incluem:

10.1.1 - Contratar uma empresa habilitada, detentora de experiência comprovada no ramo da dedetização, preservando e garantindo o asseio dos ambientes da PRPE.

10.1.2 - Prevenir falhas e prejuízos que possam ser gerados pela ausência de uma efetiva dedetização regular, garantindo dessa forma um bom padrão sanitário, balizado pelos princípios de eficiência, eficácia e sustentabilidade.

10.1.3 - Manter as instalações da PRPE em pleno funcionamento, sem a presença indesejável de insetos, roedores, morcegos, pombos, dentre outros, garantindo aos usuários espaços de trabalho salubres e proteção da saúde dos mesmos.

10.1.4 - Assegurar o asseio completo dos ambientes das PRPE, e com isso o bem-estar de servidores e colaboradores, de modo a favorecer a produtividade de forma geral.

10.1.5 - Contratar os referidos serviços por meio de processo transparente e competitivo, o que pode contribuir para uma gestão financeira mais eficaz do recurso público, garantindo que o órgão obtenha o melhor valor pelo dinheiro gasto.

10.1.6 - Promover práticas sustentáveis, optando por produtos e fornecedores que estejam comprometidos com a responsabilidade ambiental, minimizando o impacto ambiental e demonstrando o compromisso do órgão com a sustentabilidade.

10.2 - Em resumo, a contratação dos serviços de dedetização por um órgão público não se limita apenas à satisfação das necessidades básicas, mas desempenha um papel crucial na segurança, qualidade de vida dos funcionários e na continuidade das operações. Ao realizar essa contratação de forma responsável e eficiente, o órgão público pode alcançar resultados que beneficiam tanto seus colaboradores quanto a sociedade como um todo.

XI – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Deve-se haver apoio e capacitação ao fiscal do contrato para que este atue no sentido de garantir um adequado acompanhamento na prestação dos serviços, de modo a atender as expectativas de todos os envolvidos.

XII – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

XIII – IMPACTOS AMBIENTAIS

Foram identificados os seguintes possíveis impactos ambientais relacionados direta ou indiretamente à contratação:

- Descarte inadequado de embalagens dos materiais;
- Contaminação do solo e das águas subterrâneas;
- Emissão de gases poluentes oriundos dos produtos utilizados.

A fim de mitigar possíveis impactos ambientais, foram incluídos no ITEM 3.11 do presente Estudo Técnico Preliminar requisitos ambientais para a contratação.

XIV – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente estudo técnico preliminar evidenciou que a contratação de empresa especializada para os serviços de combate a pragas urbanas, englobando desinsetização, inclusive do mosquito da dengue e pernilongos, desratização e descupinização nas dependências internas e externas da PRPE **é viável** do ponto de vista técnico e econômico, e contribuirá para o atingimento dos objetivos estratégicos do Ministério Público Federal, desde que sejam adotadas as premissas descritas neste documento.

Recife, 22 de julho de 2024.

MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

FLÁVIO KOJI HIRAMINE
NMSG/PRPE (SETOR DEMANDANTE)

ALINNE CRISTIANE ANICETO MEDEIROS
SUBSTITUTA DICGC/PRPE

MARCOS AMORIM DE MORAIS
DEOF/PRPE

RUBINALDO CABRAL SARAIVA
CA/PRPE

ALCIONE MARTINS DA SILVA
COORDENADORA DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO/PRPE

XV – APROVAÇÃO PELA AUTORIDADE COMPETENTE

APROVO O PRESENTE ETP E ESTABELEÇO O PRAZO DE 10 DIAS COMO LIMITE PARA CONFEÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA PELA ÁREA DEMANDANTE, COM APOIO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO (ART.27, IN Nº 05/2017/MPDG).

PATRÍCIA GONÇALVES ALMEIDA TESCH
SECRETÁRIA ESTADUAL/PRPE



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-PE-00048431/2024 ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR nº 21-2024**

Signatário(a): **ALCIONE MARTINS DA SILVA**

Data e Hora: **22/07/2024 10:34:54**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **RUBINALDO CABRAL SARAIVA**

Data e Hora: **22/07/2024 10:56:42**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **FLAVIO KOJI HIRAMINE**

Data e Hora: **22/07/2024 10:58:23**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **PATRICIA GONCALVES ALMEIDA TESCH**

Data e Hora: **22/07/2024 11:00:41**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **ALINNE CRISTIANE ANICETO MEDEIROS**

Data e Hora: **22/07/2024 11:03:37**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **MARCOS AMORIM DE MORAIS**

Data e Hora: **22/07/2024 11:41:50**

Assinado com certificado digital

Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave eae4f64c.a9dd1168.ea3ec35a.dca3cc2f



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Registro de Arquivo Complementar

(Gerado automaticamente pelo sistema)

Expediente:

PR-PE-00048431/2024 - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR nº 21-2024

Complementar - ETP 21-2024.Serviço.Dedetização.SEDE (versão final).odt

Este arquivo complementar poderá ser acessado pelo link abaixo:

[ETP 21-2024.Serviço.Dedetização.SEDE \(versão final\).odt](#)

RELATÓRIO DA PESQUISA DE PREÇOS DISPENSA ELETRÔNICA

1. Do objeto:

O presente relatório trata da pesquisa de preços empreendida para Contratação de empresa especializada para os serviços de combate a pragas urbanas, englobando desinsetização, inclusive do mosquito da dengue e pernilongos, desratização e descupinização nas dependências internas e externas da PRPE, conforme justificativas e especificação detalhada no Termo de Referência nº 24/2024 constante dos autos do PGEA nº 1.26.000.001723/2024-40.

2. Responsáveis pela pesquisa:

A pesquisa foi realizada pelo Núcleo de Manutenção e Serviços Gerais (setor demandante) e também pela equipe de planejamento e contratações da PRPE, com base nos parâmetros definidos na Lei nº 14.133/2021 e na Portaria PGR/MPU nº 100, de 31 de maio de 2023, conforme a planilha, os orçamentos em anexo e aspectos relacionados a seguir:

3. Caracterização das fontes consultadas:

A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado foi realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros:

() Pesquisa em fontes de preços públicos, de contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

() Pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal, ou sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, contendo a data e a hora de acesso, com validade de até seis meses, para divulgação do edital, devendo ser atualizados, caso a publicação seja em prazo superior;

(**X**) Pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de e-mail, com validade de até seis meses, para divulgação do edital, devendo ser atualizados, caso a publicação seja em prazo superior;

() Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, com validade de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, contada da data da emissão da nota fiscal.

3.1 Justificativa para a ausência de fontes de preços públicos, conforme o § 1º, Art. 5º da Portaria PGR/MPU nº 100, de 31 de maio de 2023:

Não foram encontrados preços nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços, ou no sistema contratado, o Banco de Preços, em relação a contratações similares feitas pela Administração Pública em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, pois as licitações realizadas nesse período possuíam descrições discrepantes da

necessidade da PRPE quanto à abrangência dos serviços a serem executados, à metodologia exigida na execução e às peculiaridades do ambiente no qual cada órgão está inserido.

3.2 Justificativa para a escolha dos fornecedores, conforme o Art. 5º, inciso IV, da Portaria PGR/MPU nº 100, de 31 de maio de 2023:

Para a pesquisa realizada diretamente com fornecedores, estes foram informados das características da contratação, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado. Foram consultadas **07 (sete)** empresas especializadas no Estado de Pernambuco, nos seguintes e-mails: contato@grsaudeambiental.com.br, contato@pernambucocontrolededepagas.com, contato@keyppy.com.br, zapcupim@zapcupim.com.br, vendas2@imunesa.com.br, contato@lidersaudeambiental.com.br e socasa.licitacao@gmail.com. Porém, **apenas 03 (três)** empresas enviaram orçamento: Imune Saúde Ambiental (CNPJ: 09.024.439/0001-29), Líder Saúde Ambiental (CNPJ: 07.730.838/0001-80) e Socasa Dedetização (CNPJ: 12.882.148/0001-86).

Para a escolha dos fornecedores, o chefe do NMSG e a Coordenadora da Equipe de planejamento e contratações, na qualidade de áreas requisitantes, realizaram levantamento no ramo de atividade do objeto a ser adquirido, com base nos seguintes critérios: prestadores que já foram contratados com êxito pela PRPE em períodos anteriores e outras empresas no mercado local e regional qualificadas para o atendimento aos requisitos da contratação. As propostas formais constam no anexo deste relatório, englobam todos os custos para fornecimento da solução requerida, como tributos e fretes, e contém os seguintes requisitos mínimos: descrição do objeto, valor unitário e total, número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente, endereços físico e eletrônico, telefone de contato, data de emissão, nome completo e identificação do responsável. As propostas foram, em sua maioria, solicitadas mediante o envio de e-mail contendo as especificações da contratação. Além das propostas recebidas, foram juntados a este relatório os e-mails enviados.

4. Série de preços coletados e a memória de cálculo:

Os preços coletados, bem como a memória de cálculo, constam no documento Mapa Comparativo de Preços anexo.

5. Método estatístico aplicado para a definição do valor estimado:

Considerando que o modo de seleção do fornecedor foi definido pela equipe de planejamento no ETP, e se dará por meio de Dispensa Eletrônica, e que a pesquisa direta com fornecedores, que enviaram suas propostas formais, foi a única fonte utilizada como parâmetro na pesquisa de preços, a metodologia utilizada para a definição do valor máximo estimado para a contratação foi o **menor preço** encontrado na pesquisa de mercado. Deste modo, evita-se que, após a disputa eletrônica, a proposta vencedora tenha valor superior a qualquer proposta apresentada diretamente pelos fornecedores, na pesquisa de preços, garantindo que a administração contrate sempre a proposta mais vantajosa.

Fwd: [PRPE] Solicito cotação para serviço de dedetização

Alcione Martins da Silva (PR.PE) <alcione@mpf.mp.br>
Para: contato@grsaudeambiental.com.br

12 de julho de 2024 às 10:50

Segue retificação da nossa minuta, quanto à área externa (itens 4.1.1 e 7.2 do Termo de Referência).

Segue minuta do Termo de referência atualizada.

Aguardamos sua cotação!

----- Forwarded message -----

De: **Alcione Martins da Silva (PR.PE)** <alcione@mpf.mp.br>
Date: qua., 10 de jul. de 2024 às 16:08
Subject: [PRPE] Solicito cotação para serviço de dedetização
To: <contato@grsaudeambiental.com.br>

Prezados (as),

Cumprimentando-os(as), solicito proposta comercial para a prestação de serviço de dedetização na sede da Procuradoria da República em Pernambuco, com endereço à Av. Governador Agamenon Magalhães, nº 1800 - Espinheiro, Recife (PE), conforme Minuta do Termo de Referência anexo.

No valor proposto devem estar incluídas despesas com frete e impostos e todos os equipamentos necessários.

Ressalto que, na proposta, deverá constar o CNPJ da empresa, e-mail e telefone de contato.

Ressalto ainda que o serviço de desinsetização também vai exigir a atomização, conforme consta no Termo acima referido.

Registro que a proposta a ser apresentada por essa empresa, a depender do resultado do certame licitatório (dispensa eletrônica) que será promovido por esta PRPE, poderá ensejar contratação direta desse estabelecimento comercial.

Atenciosamente,

Alcione Silva
Coordenadora da Equipe de Planejamento e Contratações da PRPE



Termo de Referência 24-Dedetização_PRPE (versão 1).pdf
185K

Fwd: [PRPE] Solicito cotação para serviço de dedetização sede da PRPE

Alcione Martins da Silva (PR.PE) <alcione@mpf.mp.br>
Para: contato@pernambucocontroledpragas.com

12 de julho de 2024 às 10:50

Segue retificação da nossa minuta, quanto à área externa (itens 4.1.1 e 7.2 do Termo de Referência).

Segue minuta do Termo de referência atualizada.

Aguardamos sua cotação!

----- Forwarded message -----

De: **Alcione Martins da Silva (PR.PE)** <alcione@mpf.mp.br>

Date: qua., 10 de jul. de 2024 às 16:13

Subject: [PRPE] Solicito cotação para serviço de dedetização sede da PRPE

To: contato@pernambucocontroledpragas.com <contato@pernambucocontroledpragas.com>

Prezados (as),

Cumprimentando-os(as), solicito proposta comercial para a prestação de serviço de dedetização na sede da Procuradoria da República em Pernambuco, com endereço à Av. Governador Agamenon Magalhães, nº 1800 - Espinheiro, Recife (PE), conforme minuta do Termo de Referência anexo.

No valor proposto devem estar incluídas despesas com frete e impostos e todos os equipamentos necessários.

Ressalto que, na proposta, deverá constar o CNPJ da empresa, e-mail e telefone de contato.

Ressalto ainda que o serviço de desinsetização também vai exigir a atomização, conforme consta no Termo acima referido.

Registro que a proposta a ser apresentada por essa empresa, a depender do resultado do certame licitatório (dispensa eletrônica) que será promovido por esta PRPE, poderá ensejar contratação direta desse estabelecimento comercial.

Atenciosamente,

Alcione Silva
Coordenadora da Equipe de Planejamento e Contratações da PRPE



Termo de Referência 24-Dedetização_PRPE (versão 1).pdf
185K



Alcione Martins da Silva (PR.PE) <alcione@mpf.mp.br>

Fwd: [PRPE] Solicito cotação de serviço de dedetização da sede da PRPE

Alcione Martins da Silva (PR.PE) <alcione@mpf.mp.br>

12 de julho de 2024 às 10:49

Para: contato@keyppy.com.br

Segue retificação da nossa minuta, quanto à área externa (itens 4.1.1 e 7.2 do Termo de Referência).

Segue minuta do Termo de referência atualizada.

Aguardamos sua cotação!

----- Forwarded message -----

De: **Alcione Martins da Silva (PR.PE)** <alcione@mpf.mp.br>

Date: qua., 10 de jul. de 2024 às 16:22

Subject: [PRPE] Solicito cotação de serviço de dedetização da sede da PRPE

To: <contato@keyppy.com.br>

Prezados (as),

Cumprimentando-os(as), solicito proposta comercial para a prestação de serviço de dedetização na sede da Procuradoria da República em Pernambuco, com endereço à Av. Governador Agamenon Magalhães, nº 1800 - Espinheiro, Recife (PE), conforme Minuta do Termo de Referência anexo.

No valor proposto devem estar incluídas despesas com frete e impostos e todos os equipamentos necessários.

Ressalto que, na proposta, deverá constar o CNPJ da empresa, e-mail e telefone de contato.

Ressalto ainda que o serviço de desinsetização também vai exigir a atomização, conforme consta no Termo acima referido.

Registro que a proposta a ser apresentada por essa empresa, a depender do resultado do certame licitatório (dispensa eletrônica) que será promovido por esta PRPE, poderá ensejar contratação direta desse estabelecimento comercial.

Atenciosamente,

Alcione Silva

Coordenadora da Equipe de Planejamento e Contratações da PRPE



Termo de Referência 24-Dedetização_PRPE (versão 1).pdf

185K



Alcione Martins da Silva (PR.PE) <alcione@mpf.mp.br>

Fwd: [PRPE] Solicito cotação de serviço de dedetização da sede da PRPE

Alcione Martins da Silva (PR.PE) <alcione@mpf.mp.br>
Para: zapcupim@zapcupim.com.br

12 de julho de 2024 às 10:48

Segue retificação da nossa minuta, quanto à área externa (itens 4.1.1 e 7.2 do Termo de Referência).

Segue minuta do Termo de referência atualizada.

Aguardamos sua cotação!

----- Forwarded message -----

De: **Alcione Martins da Silva (PR.PE)** <alcione@mpf.mp.br>

Date: qua., 10 de jul. de 2024 às 16:26

Subject: [PRPE] Solicito cotação de serviço de dedetização da sede da PRPE

To: <zapcupim@zapcupim.com.br>

Prezados (as),

Cumprimentando-os(as), solicito proposta comercial para a prestação de serviço de dedetização na sede da Procuradoria da República em Pernambuco, com endereço à Av. Governador Agamenon Magalhães, nº 1800 - Espinheiro, Recife (PE), **conforme Minuta do Termo de Referência anexo**.

No valor proposto devem estar incluídas despesas com frete e impostos e todos os equipamentos necessários.

Ressalto que, na proposta, deverá constar o CNPJ da empresa, e-mail e telefone de contato.

Ressalto ainda que o serviço de desinsetização também vai exigir a **atomização**, conforme consta no Termo acima referido.

Registro que a proposta a ser apresentada por essa empresa, a depender do resultado do certame licitatório (dispensa eletrônica) que será promovido por esta PRPE, poderá ensejar contratação direta desse estabelecimento comercial.

Atenciosamente,

Alcione Silva
Coordenadora da Equipe de Planejamento e Contratações da PRPE



Termo de Referência 24-Dedetização_PRPE (versão 1).pdf
185K

Re: [MPF/PRPE] SOLICITAÇÃO DE PROPOSTA COMERCIAL - DEDETIZAÇÃO - MPF/PRPE

1 mensagem

Patrícia Souza <vendas2@imunesa.com.br>
Para: "Flavio Koji Hiramine (PR.PE)" <flaviokoji@mpf.mp.br>

18 de julho de 2024 às 11:31

Bom dia, Sr. Flavio!

Segue em anexo a Proposta atualizada.

Atenciosamente,



Patrícia Souza
Consultora de vendas

81 98238 9602
vendas2@imunesa.com.br

81 3242 3007
R. Jerônimo Vilela, 123, Campo Grande, Recife - PE



Em 15/07/2024 17:02, Flavio Koji Hiramine ([PR.PE](#)) escreveu:

Prezados,

Cumprimentando-os, refiro-me ao interesse da Procuradoria da República em Pernambuco em contratar empresa especializada para a prestação de serviços de combate a pragas urbanas, incluindo desinsetização, desratização, descupinização e atomização nos ambientes internos e externos do edifício-sede, com endereço à [Av. governador Agamenon Magalhães, 1800-Espinho-Recife](#).

Solicito a apresentação de proposta comercial, atualizada, com as seguintes especificações:

Serviços de combate a pragas urbanas, incluindo desinsetização, desratização, descupinização e atomização nos ambientes internos e externos do edifício-sede, com endereço à [Av. governador Agamenon Magalhães, 1800-Espinho-Recife](#).

Área abrangida pelo serviço:

- Área interna: 4.212,83 m2
- Área externa: 6.880,87 m2

Serviços a serem realizados:

- Desinsetização contra baratas, formigas, escorpiões, mosquitos e pernilongos, inclusive da dengue, e muriçocas em todas as dependências internas e áreas externas;
- Desratização em todas as dependência internas e áreas externas que se fizerem necessárias;
- Descupinização preventiva, principalmente no subsolo; e
- Desinsetização por meio de Atomização contra mosquitos, principalmente em nas áreas comuns do prédio e algumas salas específicas.

- Observação:

1. Será obrigatória a realização de, no mínimo, 02 (duas) dedetizações gerais, por ano, quando serão dedetizados todos os ambientes internos e externos da PRPE.

Esse serviço deverá ser acompanhado por um servidor da PRPE. A primeira dedetização geral deverá ocorrer no início do contrato e, a segunda dedetização geral, após 06 (seis) meses a primeira.

2 - Além das dedetizações gerais descritas no subitem acima, serão realizadas dedetizações e atomizações mensalmente nas áreas comuns e em áreas indicadas pelo setor demandante, ou a qualquer tempo, caso haja qualquer ocorrência de praga.

3 - Os serviços de dedetização e atomização deverão ser realizados obrigatoriamente aos sábados, pela manhã, nos ambientes previamente indicados pela contratante, tais como: corredores dos andares, salas, auditório e recepção.

A proposta deverá conter o valor mensal do serviço a ser contratado.

Favor informar a validade da proposta e o prazo de garantia e assistência dos serviços.

Coloco-me à disposição para maiores esclarecimentos e agendamento de visita de vistoria.

Flávio Koji Hiramine

Chefe do Núcleo de Manutenção e Serviços Gerais

=====

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República em Pernambuco

[Av. Gov. Agamenon Magalhães, 1800 - Espinheiro](#)

[52021-170 Recife - PE](#)



+55.81.2125.8958 +55.81.99935.0348

=====

"Antes de imprimir, pense em seu compromisso com o Meio Ambiente".

Em sex., 14 de jun. de 2024 às 15:19, Patrícia Souza <vendas2@imunesa.com.br> escreveu:

Boa tarde, Sr. Flavio!

Segue em anexo a Proposta de Serviço.

Atenciosamente,



Patrícia Souza
Consultora de vendas



81 98238 9602

vendas2@imunesa.com.br

81 3242 3007

R. Jerônimo Vilela, 123, Campo Grande, Recife - PE

Em 13/06/2024 09:18, Flavio Koji Hiramine ([PR.PE](#)) escreveu:

Prezados,

Cumprimentando-os, refiro-me ao interesse da Procuradoria da República em Pernambuco em contratar empresa especializada para a prestação de serviços de combate a pragas urbanas, incluindo desinsetização, desratização, descupinização e atomização nos ambientes internos e externos do edifício-sede, com endereço à [Av. governador Agamenon Magalhães, 1800-Espinheiro-Recife](#).

Solicito a apresentação de proposta comercial, com as seguintes especificações:

Área abrangida pelo serviço:

- Área interna: 4.212,83 m2
- Área externa: 6.880,87 m2

Serviços a serem realizados:

- Desinsetização contra baratas, formigas, escorpiões, mosquitos e pernilongos, inclusive da dengue, e muriçocas em todas as dependências internas e áreas externas;
- Desratização em todas as dependência internas e áreas externas que se fizerem necessárias;
- Descupinização preventiva, principalmente no subsolo; e
- Desinsetização por meio de Atomização contra mosquitos, principalmente em nas áreas comuns do prédio e algumas salas específicas.

A prestação de serviços se dará por um período de 12 (doze) meses.

Favor informar a validade da proposta e o prazo de garantia e assistência dos serviços.

Coloco-me à disposição para maiores esclarecimentos e agendamento de visita de vistoria.

Atenciosamente,

Flávio Koji Hiramine
Chefe do Núcleo de Manutenção e Serviços Gerais

=====

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República em Pernambuco
[Av. Gov. Agamenon Magalhães, 1800 - Espinheiro](#)
[52021-170 Recife - PE](#)
+55.81.2125.8958 +55.81.99935.0348

=====

"Antes de imprimir, pense em seu compromisso com o Meio Ambiente".



Patrícia Souza

Consultora de vendas



81 98238 9602

vendas2@imunesa.com.br

81 3242 3007

R. Jerônimo Vilela, 123, Campo Grande, Recife - PE



PROPOSTA DE SERVIÇO PARA CONTROLE DE PRAGAS - PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PERNAMBUCO 1807.pdf
225K

PROPOSTA COMERCIAL

| | | | | | | | | |
|-----------|---|--|---------|--------|--------------|-------------|-------------|----|
| CLIENTE: | PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PERNAMBUCO | | | | PROPOSTA Nº | | 18072024/05 | |
| ENDEREÇO: | AV. AGAMENON MAGALHÃES | | | | | Nº | 1800 | |
| BAIRRO: | ESPINHEIRO | | CIDADE: | RECIFE | | | UF | PE |
| TEL: | 2125-7300 / 2125-7388 | | | | RESPONSÁVEL: | FLAVIO KOJI | | |
| E-MAIL: | flaviokoji@mpf.mp.br | | | | | | | |

Venho por meio deste, apresentar a proposta comercial da IMUNE SAÚDE AMBIENTAL para a implantação de procedimentos visando um efetivo Controle de Pragas e/ou Limpeza e Higienização de Reservatórios e/ou Sanitização que venha a atender todas as necessidades da referente Instituição.

APRESENTAÇÃO:

A **FF DAS NEVES SAÚDE AMBIENTAL ME**, empresa do segmento de Controle de Pragas urbanas, Limpeza e Higienização de Reservatórios e Sanitização com nome fantasia de **IMUNE SAÚDE AMBIENTAL**, manifesta através desta apresentação, seu desejo em estabelecer uma parceria junto a este conceituado condomínio. Disponibilizamos atendimento personalizado e supervisionado por equipe técnica qualificada, equipamentos modernos, produtos registrados pela ANVISA, metodologia eficaz e preço justo ao mercado. Possuímos ainda uma equipe de colaboradores especializados pronta para atendê-los.

SERVIÇOS PRESTADOS PELA IMUNE SAÚDE AMBIENTAL:

Desinsetização (Baratas e Formigas) - As imunizações são realizadas através de pulverizações de inseticidas (líquido) e aplicações em gel de acordo com o tipo de infestação nos locais de trânsito e /ou alojamento de insetos rasteiros e voadores. O manejo é realizado através do Programa de Controle Integrado de Pragas – C.I.P.

Desratização (Ratos) - Aplicação de raticidas coagulantes de dose única, acondicionados em dispositivos para que não haja contato por acidente por funcionários e transeuntes no estabelecimento, como: iscas parafinadas (locais úmidos), pellets e sementes (locais secos) e pó de contato para locais de maior trânsito de roedores.

Descorpinização (Escorpiões) – Aplicação de inseticida na forma de solução aquosa, microencapsulada, de poder residual, com baixa repelência, onde as moléculas do princípio ativo estão contidas e protegidas no interior de diminutas microcápsulas de plástico (polímeros) hermeticamente fechadas, não repelindo o animal e auxiliando em um controle mais eficaz.

Descupinização (Cupins) – Aplicação de inseticida líquido (diluído em água ou solvente), através de pulverizações, injeções, imersões ou pincelamento, nos locais de foco e trilhas e pó nos pontos elétricos.
Barreira química: A barreira química consiste na perfuração do piso ao longo de todo o perímetro da construção infestada e injeção de inseticida. Assim, forma-se uma barreira que evita o acesso dos cupins subterrâneos à residência. As perfurações devem ser encobertas com massa logo após a aplicação do produto.

Limpeza e Higienização dos Reservatórios de água – Esgotamento total de caixas com bombas de sucção, limpeza e retirada de detritos e limbo acumulados, escovação interna das caixas distribuidoras e reservatórios, lavagem final (enxágue) do piso e paredes realizados por equipamentos de alta potência e, além disso, também é procedida a desinfecção das paredes com hipoclorito de sódio.

Higienização contra micro-organismos (Sanitização): As imunizações são realizadas através de pulverizações, Termo nebulizações (Fumacê) e/ou Atomizações do desinfetante (líquido). O manejo é realizado através do Programa de Controle Integrado de Pragas – C.I.P. O tempo de aplicação varia dependendo do tamanho do local a ser higienizado.

SERVIÇOS SOLICITADOS:

- DESINSETIZAÇÃO CONTRA BARATAS, FORMIGAS, ESCORPIÕES E MOSQUITOS e MURIÇOCAS em todas as dependências internas e áreas externas;
- DESRATIZAÇÃO em todas as dependências internas e áreas externas que se fizerem necessárias;
- DESCUPINIZAÇÃO preventiva no subsolo.
- DESINSETIZAÇÃO (Mosquitos). serviço realizado através de Atomização em todas as áreas comuns internas do prédio e algumas salas específicas.
- **Atomização para mosquitos da dengue e pernilongos, com 1 aplicação todo mês.**

FORMA DE ATENDIMENTO:

01 Aplicação Mensal.

Observação:

1. Será obrigatória a realização de, no mínimo, 02 (duas) dedetizações gerais, por ano, quando serão dedetizados todos os ambientes internos e externos da PRPE.

Esse serviço deverá ser acompanhado por um servidor da PRPE. A primeira dedetização geral deverá ocorrer no início do contrato e, a segunda dedetização geral, após 06 (seis) meses a primeira.

2 - Além das dedetizações gerais descritas no subitem acima, serão realizadas dedetizações e atomizações mensalmente nas áreas comuns e em áreas indicadas pelo setor demandante, ou a qualquer tempo, caso haja qualquer ocorrência de praga.

3 - Os serviços de dedetização e atomização deverão ser realizados obrigatoriamente aos sábados, pela manhã, nos ambientes previamente indicados pela contratante, tais como: corredores dos andares, salas, auditório e recepção.

PELOS SERVIÇOS DESCRITOS ACIMA COBRAREMOS O VALOR MENSAL DE:

R\$ 580,00 (Quinhentos e Oitenta Reais Mensais).

FORMAS DE PAGAMENTO:

Boleto Bancário.

GARANTIA DO SERVIÇO:

12 Meses.

OBS: NÃO OFERECEMOS GARANTIA PARA MOSQUITOS, POR SEREM PRAGAS QUE VEM PELO AR, DESTA FORMA SE TORNAM INCONTROLÁVEIS.

A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SE DARÁ POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

VALIDADE DA PROPOSTA:

60 Dias.

DADOS BANCÁRIOS:

Banco: Banco do Brasil

Agência: 1814-7

Conta Corrente: 39.900-0

Titular: F.F. DAS NEVES SAÚDE AMBIENTAL ME

Declaramos que nos preços propostos estão inclusos todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, referentes a encargos sociais, tributos em geral, mão-de-obra, serviços, equipamentos, encargos de natureza trabalhista, previdenciária, passagens, alimentação de funcionários seus, diárias, treinamento, instalação e montagem, ICMS, ISS, IPI, tributos em geral, e demais encargos diretos ou indiretos, não especificados e tudo mais necessário a completa execução do objeto, considerando-se estes como inclusos nos valores ofertados quando não mencionados;

Sem mais para o momento, dispomo-nos para quaisquer esclarecimentos e aguardamos o oportuno retorno de V.Sr. juntamente à respectiva decisão.

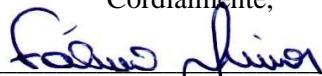
Recife, 18 de julho de 2024.

09.024.439/0001-29

F.F. das Neves Saúde Ambiental - ME

Rua Jerônimo Vilela, Nº 123
Campo Grande - CEP: 52.040-180
RECIFE - PE

Cordialmente,



IMUNE SAÚDE AMBIENTAL
FÁBIO JÚNIOR
(81) 3242-3007/(81) 9.8238-9602

Re: [MPF/PRPE] SOLICITAÇÃO DE PROPOSTA COMERCIAL - DEDETIZAÇÃO - MPF/PRPE

1 mensagem

contato@lidessaudeambiental.com.br <contato@lidessaudeambiental.com.br>
Para: "Flavio Koji Hiramine (PR.PE)" <flaviokoji@mpf.mp.br>

17 de julho de 2024 às 09:04

Em 15/07/2024 17:06, Flavio Koji Hiramine ([PR.PE](#)) escreveu:
Prezados,

Cumprimentando-os, refiro-me ao interesse da Procuradoria da República em Pernambuco em contratar empresa especializada para a prestação de serviços de combate a pragas urbanas, incluindo desinsetização, desratização, descupinização e atomização nos ambientes internos e externos do edifício-sede, com endereço à Av. governador Agamenon Magalhães, 1800-Espinheiro-Recife.

Solicito a apresentação de proposta comercial, atualizada, com as seguintes especificações:

Serviços de combate a pragas urbanas, incluindo desinsetização, desratização, descupinização e atomização nos ambientes internos e externos do edifício-sede, com endereço à Av. governador Agamenon Magalhães, 1800-Espinheiro-Recife.

Área abrangida pelo serviço:
- Área interna: 4.212,83 m2
- Área externa: 6.880,87 m2

Serviços a serem realizados:
- Desinsetização contra baratas, formigas, escorpiões, mosquitos e pernilongos, inclusive da dengue, e muriçocas em todas as dependências internas e áreas externas;
- Desratização em todas as dependência internas e áreas externas que se fizerem necessárias;
- Descupinização preventiva, principalmente no subsolo; e
- Desinsetização por meio de Atomização contra mosquitos, principalmente em nas áreas comuns do prédio e algumas salas específicas.

- Observação:

1. Será obrigatória a realização de, no mínimo, 02 (duas) dedetizações gerais, por ano, quando serão dedetizados todos os ambientes internos e externos da PRPE.
Esse serviço deverá ser acompanhado por um servidor da PRPE. A primeira dedetização geral deverá ocorrer no início do contrato e,

a segunda dedetização geral, após 06 (seis) meses a primeira.

2 - Além das dedetizações gerais descritas no subitem acima, serão realizadas dedetizações e atomizações mensalmente nas áreas comuns e em áreas indicadas pelo setor demandante, ou a qualquer tempo, caso haja qualquer ocorrência de praga.

3 - Os serviços de dedetização e atomização deverão ser realizados obrigatoriamente aos sábados, pela manhã, nos ambientes previamente indicados pela contratante, tais como: corredores dos andares, salas, auditório e recepção.

A proposta deverá conter o valor mensal do serviço a ser contratado.

Favor informar a validade da proposta e o prazo de garantia e assistência dos serviços.

Coloco-me à disposição para maiores esclarecimentos e agendamento de visita de vistoria.

Atenciosamente,

Flávio Koji Hiramine
Chefe do Núcleo de Manutenção e Serviços Gerais

=====

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República em Pernambuco
Av. Gov. Agamenon Magalhães, 1800 - Espinheiro
52021-170 Recife - PE
+55.81.2125.8958 +55.81.99935.0348

=====

"Antes de imprimir, pense em seu compromisso com o Meio Ambiente".

Bom dia Sr. Flávio,

Segue em anexo alterações solicitadas.

Conheça os nossos serviços e faça o seu orçamento:

- Sanitização (descontaminação de ambientes);
- Oxi-sanitização (contra ácaros, fungos, bactérias, vírus, odores, cheiro de cigarro, mofo e outros);
- Limpeza e desinfecção de reservatórios de água;
- Impermeabilização de reservatórios de água, lajes, rufos e cobertas;
- Controle de Pragas e vetores urbanos;
- Prevenção de Aedes Aegypti (controle de mosquitos);
- Controle de Pombos (LH-120 campo eletromagnético);
- Aedes do Bem (controle populacional do Aedes Aegypti)

Marcia Alves
Comercial
81-99432-9728

 **PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PERNAMBUCO.pdf**
2069K

Proposta N.: 31629

Emissão: 14/06/2024

Tipo: Proposta Técnica

Data Vistoria: 14/06/2024 às

Checkin/out:



Dados do Cliente

Código: 3051 | Ticket N.: 66660

Cliente: PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PERNAMBUCO

Fantasia: PR-PE

Endereço: AVENIDA GOVERNADOR AGAMENON MAGALHÃES, 1800 -

Telefones: (81)2125-7300 / Cel.: (81)99935-0348

Ponto de Referência: PRÓX AO MINISTÉRIO DO TRABALHO

Contato: SR. FLAVIO KOJI

Atividade do Imóvel: ORGÃOS PÚBLICOS

ESPINHEIRO - RECIFE - PE

CEP: 52021-170 / CNPJ: 26.989.715/0021-56

Vendedor: MARCIA ALVES E SILVA

e-mail: FLAVIOKOJI@MPF.MP.BR

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Área interna: 4.212,83m²

Área externa: .6.880,87m²

Natureza dos serviços:

Serviços a serem realizados:

- Desinsetização contra baratas, formigas, escorpiões, mosquitos e pernilongos, inclusive da dengue, e muriçocas em todas as dependências internas e áreas externas;
- Desratização em todas as dependência internas e áreas externas que se fizerem necessárias;
- Descupinização preventiva, principalmente no subsolo; e
- Desinsetização por meio de Atomização contra mosquitos, principalmente em nas áreas comuns do prédio e algumas salas específicas.

Observação:

1. Será obrigatória a realização de, no mínimo, 02 (duas) dedetizações gerais, por ano, quando serão dedetizados todos os ambientes internos e externos da PRPE. Esse serviço deverá ser acompanhado por um servidor da PRPE. A primeira dedetização geral deverá ocorrer no início do contrato e, a segunda dedetização geral, após 06 (seis) meses a primeira.
- 2 - Além das dedetizações gerais descritas no subitem acima, serão realizadas dedetizações e atomizações mensalmente nas áreas comuns e em áreas indicadas pelo setor demandante, ou a qualquer tempo, caso haja qualquer ocorrência de praga.
- 3 - Os serviços de dedetização e atomização deverão ser realizados obrigatoriamente aos sábados, pela manhã, nos ambientes previamente indicados pela contratante, tais como: corredores dos andares, salas, auditório e recepção.

Observação:

1. Será obrigatória a realização de, no mínimo, 02 (duas) dedetizações gerais, por ano, quando serão dedetizados todos os ambientes internos e externos da PRPE. Esse serviço deverá ser acompanhado por um servidor da PRPE. A primeira dedetização geral deverá ocorrer no início do contrato e, a segunda dedetização geral, após 06 (seis) meses a primeira.
- 2 - Além das dedetizações gerais descritas no subitem acima, serão realizadas dedetizações e atomizações mensalmente nas áreas comuns e em áreas indicadas pelo setor demandante, ou a qualquer tempo, caso haja qualquer ocorrência de praga.
- 3 - Os serviços de dedetização e atomização deverão ser realizados obrigatoriamente aos sábados, pela manhã, nos ambientes previamente indicados pela contratante, tais como: corredores dos andares, salas, auditório e recepção.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA: 12 meses.

OBS.: Em casos de reincidência entre uma revisão e outra, serão realizadas revisões extras sem ônus adicionais.

OBSERVAÇÃO: PAGAMENTOS REALIZADOS VIA PIX OU POR TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA, FAVOR ENVIAR COMPROVANTE PARA O NOSSO SETOR FINANCEIRO: WHATSAPP (81) 99694-5982, DE MAIS DÚVIDAS SOBRE PAGAMENTOS TAMBÉM PODEM SER ESCLARECIDAS ATRAVÉS DESTES NÚMEROS.

ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS

| Descrição do Serviço | Valor |
|---|--------------|
| CONTRATO DE MANUTENÇÃO MENSAL DE PRAGAS E VETORES | R\$ 1.250,00 |

Valor Total do Orçamento: 1.250,00

Condições de Pagamento: BOLETO

Validade da Proposta: 30 DIAS

Téc. Orçamento:

Empresa
LIDER SAUDE AMBIENTAL LTDA
CNPJ: 07.730.838/0001-80

Cliente
Aprovo os valores do orçamento acima, condições de pagamento e serviços.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PERNAMBUCO

PestSys Spider



SINTESE:

- Vistoria do Imóvel;
- Identificação das pragas;
- Tipo + quantitativo;
- Elaboração das estratégias para o controle;
- Formação de equipe;
- Controle de pragas e vetores;
- Monitoramento das ações;
- Relatórios mensais de ocorrências;
- Relatórios trimestrais de resultados;

APLICAÇÃO INICIAL:

- Implantação de metodologia.
- Aplicação de produtos adequados as características construtivas e de segurança da atividade do cliente.

APLICAÇÕES DE MANUTENÇÃO:

- Aplicações em áreas vulneráveis e focos localizados.

GESTÃO AMBIENTAL:

- As informações coletadas serão analisadas, e sugeridas medidas que possibilitará o sucesso do tratamento, barreiras físicas, qualidade de higiene, rotatividade de grupos químicos.

PERIODICIDADE (Manutenções):

- Mensais: Todas as áreas (Internas e Externas)

PRODUTOS (Inseticidas, Raticidas e afins):

- Utilizamos substâncias registradas e autorizadas pelo Ministério da Saúde, respeitando suas orientações do fabricante, prazos de validade e metodologia na aplicação, objetivando os melhores resultados.



LÍDER SAÚDE AMBIENTAL LTDA
Rua Paes Cabral, 548 – Cordeiro – Recife - PE - CEP 50630-170

CNPJ: 07.730.838/0001 -80

FONE: 3125-9264/3125-9292/(81) 9.9527-5033

Unidade João Pessoa: (83) 3578-8900

www.lidersaudeambiental.com.br





81 3125.9292

WWW.LIDERSAÚDEAMBIENTAL.COM.BR

Cuidando de você e sua família!





LÍDER SAÚDE AMBIENTAL LTDA

Rua Paes Cabral, 548 – Cordeiro – Recife - PE - CEP 50630-170

CNPJ: 07.730.838/0001 -80

FONE: 3125-9264/3125-9292/(81) 9.9527-5033

Unidade João Pessoa: (83) 3578-8900

www.lidersaudeambiental.com.br





81 3125.9292

WWW.LIDERSAÚDEAMBIENTAL.COM.BR

Se livre dos ÁCAROS NO SEU ESTOFADO



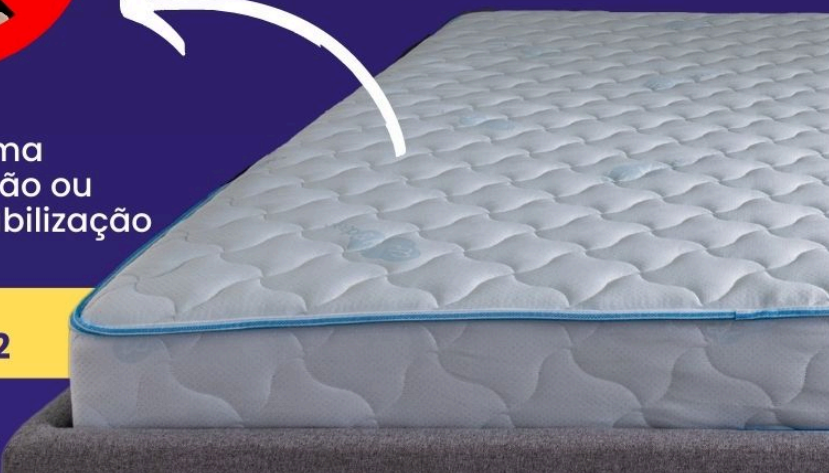
LIDER SAÚDE AMBIENTAL



Agende uma
Higienização ou
Impermeabilização

ORÇAMENTOS:
(81) 3125-9292

- SOFÁS / CADEIRAS /
TAPETES / VEÍCULOS



LÍDER SAÚDE AMBIENTAL LTDA

Rua Paes Cabral, 548 – Cordeiro – Recife - PE - CEP 50630-170

CNPJ: 07.730.838/0001 -80

FONE: 3125-9264/3125-9292/(81) 9.9527-5033

Unidade João Pessoa: (83) 3578-8900

www.lidersaudeambiental.com.br





81 3125.9292



WWW.LIDERSAÚDEAMBIENTAL.COM.BR

REFERÊNCIAS



LÍDER SAÚDE AMBIENTAL LTDA

Rua Paes Cabral, 548 – Cordeiro – Recife - PE - CEP 50630-170

CNPJ: 07.730.838/0001 -80

FONE: 3125-9264/3125-9292/(81) 9.9527-5033

Unidade João Pessoa: (83) 3578-8900

www.lidersaudeambiental.com.br



Re: [MPF/PRPE] SOLICITAÇÃO DE PROPOSTA COMERCIAL - DEDETIZAÇÃO - MPF/PRPE

1 mensagem

socasa saude ambiental <socasa.licitacao@gmail.com>
Para: "Flavio Koji Hiramine (PR.PE)" <flaviokoji@mpf.mp.br>

17 de julho de 2024 às 14:40

Segue em anexo conforme solicitado a proposta atualizada com as novas observações.
Aguardo confirmação de recebimento

Em seg., 15 de jul. de 2024 às 16:59, Flavio Koji Hiramine (PR.PE) <flaviokoji@mpf.mp.br> escreveu:

Prezados,

Cumprimentando-os, refiro-me ao interesse da Procuradoria da República em Pernambuco em contratar empresa especializada para a prestação de serviços de combate a pragas urbanas, incluindo desinsetização, desratização, descupinização e atomização nos ambientes internos e externos do edifício-sede, com endereço à [Av. governador Agamenon Magalhães, 1800-Espinheiro-Recife](#).

Solicito a apresentação de proposta comercial, atualizada, com as seguintes especificações:

Serviços de combate a pragas urbanas, incluindo desinsetização, desratização, descupinização e atomização nos ambientes internos e externos do edifício-sede, com endereço à [Av. governador Agamenon Magalhães, 1800-Espinheiro-Recife](#).

Área abrangida pelo serviço:

- Área interna: 4.212,83 m2
- Área externa: 6.880,87 m2

Serviços a serem realizados:

- Desinsetização contra baratas, formigas, escorpiões, mosquitos e pernilongos, inclusive da dengue, e muriçocas em todas as dependências internas e áreas externas;
- Desratização em todas as dependência internas e áreas externas que se fizerem necessárias;
- Descupinização preventiva, principalmente no subsolo; e
- Desinsetização por meio de Atomização contra mosquitos, principalmente em nas áreas comuns do prédio e algumas salas específicas.

- Observação:

1. Será obrigatória a realização de, no mínimo, 02 (duas) dedetizações gerais, por ano, quando serão dedetizados todos os ambientes internos e externos da PRPE.

Esse serviço deverá ser acompanhado por um servidor da PRPE. A primeira dedetização geral deverá ocorrer no início do contrato e, a segunda dedetização geral, após 06 (seis) meses a primeira.

2 - Além das dedetizações gerais descritas no subitem acima, serão realizadas dedetizações e atomizações mensalmente nas áreas comuns e em

áreas indicadas pelo setor demandante, ou a qualquer tempo, caso haja qualquer ocorrência de praga.

3 - Os serviços de dedetização e atomização deverão ser realizados obrigatoriamente aos sábados, pela manhã, nos ambientes previamente indicados pela contratante, tais como: corredores dos andares, salas, auditório e recepção.

A proposta deverá conter o valor mensal do serviço a ser contratado.

Favor informar a validade da proposta e o prazo de garantia e assistência dos serviços.

Coloco-me à disposição para maiores esclarecimentos e agendamento de visita de vistoria.

Flávio Koji Hiramine

Chefe do Núcleo de Manutenção e Serviços Gerais

=====

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República em Pernambuco

[Av. Gov. Agamenon Magalhães, 1800 - Espinheiro](#)

[52021-170 Recife - PE](#)



+55.81.2125.8958 +55.81.99935.0348

=====

"Antes de imprimir, pense em seu compromisso com o Meio Ambiente".

Em qui., 11 de jul. de 2024 às 11:17, socasa saude ambiental <socasa.licitacao@gmail.com> escreveu:

Segue em anexo o orçamento atualizado com o valor mensal das aplicações conforme solicitado
aguardo confirmação do recebimento

Em qui., 11 de jul. de 2024 às 10:50, socasa saude ambiental <socasa.licitacao@gmail.com> escreveu:

Bom Dia, Sra. Claudia segue em anexo conforme solicitado o orçamento de controle de pragas para o referido órgão.
Aguardo confirmação do recebimento e posterior resposta.

att:

Sergio Murilo
Setor de Licitação
Socasa Saude Ambiental

Em qui., 11 de jul. de 2024 às 10:45, SOCASA DEDETIZAÇÃO <socasadedetizacao@hotmail.com> escreveu:

De: Claudia Teixeira de Almeida (PR.PE) <claudiaalmeida@mpf.mp.br>

Enviado: segunda-feira, 8 de julho de 2024 16:03

Para: socasadedetizacao@hotmail.com <socasadedetizacao@hotmail.com>; PRPE-NULM-L <prpe-nulm-l@mpf.mp.br>

Assunto: [MPF/PRPE] SOLICITAÇÃO DE PROPOSTA COMERCIAL - DEDETIZAÇÃO - MPF/PRPE

Prezados,

Cumprimentando-os, refiro-me ao interesse da Procuradoria da República em Pernambuco em contratar empresa especializada para a prestação de serviços de combate a pragas urbanas, incluindo desinsetização, desratização, descupinização e atomização nos ambientes internos e externos do edifício-sede, com endereço à [Av. governador Agamenon Magalhães, 1800-Espinhoiro-Recife](#).

Solicito a apresentação de proposta comercial, com as seguintes especificações:

Área abrangida pelo serviço:

- Área interna: 4.212,83 m2
- Área externa: 6.880,87 m2

Serviços a serem realizados:

- Desinsetização contra baratas, formigas, escorpiões, mosquitos e pernilongos, inclusive da dengue, e muriçocas em todas as dependências internas e áreas externas;
- Desratização em todas as dependência internas e áreas externas que se fizerem necessárias;
- Descupinização preventiva, principalmente no subsolo; e
- Desinsetização por meio de Atomização contra mosquitos, principalmente em nas áreas comuns do prédio e algumas salas específicas.

A prestação de serviços se dará por um período de 12 (doze) meses.

Favor informar a validade da proposta e o prazo de garantia e assistência dos serviços.

Coloco-me à disposição para maiores esclarecimentos e agendamento de visita de vistoria.

Atenciosamente,

Cláudia Almeida

Técnica do MPU/Administrativo
Núcleo de Manutenção

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República em Pernambuco
[Av. Agamenon Magalhães, 1800](#)
[Espinhoiro, Recife/PE](#)
CEP 52.021-170 - Fone: (81) 2125.7358

--

att:

Sergio Murilo
Setor de Licitação

Socasa Saude Ambiental

att:

Sergio Murilo
Setor de Licitação
Socasa Saude Ambiental

 **PROCURADORIA DA REPUBLICA - AGAMENOM - PRAGAS - (17-07-24).pdf**
638K

AO
PROCURADORIA DA REPÚBLICA
Av. Agamenon Magalhães, nº 1.800 - Espinheiro - Recife / PE
Olinda, 17 de Julho de 2024.
ORÇ Nº 070691/24
At.: Sra Claudia Almeida – Fone: 2125-7358 (e-mail: claudiaalmeida@mpf.mp.br)

**REF.: SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO,
DESRATIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO.**

Prezados (as) Senhores (as):

Atendendo solicitação, estamos enviando a V.S.a nosso orçamento para os serviços acima a serem realizados numa área interna de 4.212m² e externa de 6.880m², conforme descrição a seguir:

1. DESCRIÇÃO DO MÉTODO:

1.1 DESINSETIZAÇÃO

Serviço realizado através da aplicação de inseticida líquido, pulverizado nos locais de proliferação e trânsito desses insetos. Utilizaremos produto sem cheiro e de baixa toxicidade, podemos utilizar produto em pó ou iscas atrativas em forma de gel, nos locais onde não se recomenda a utilização dos inseticidas líquidos, quando e onde se fizer necessário.

1.2 DESRATIZAÇÃO

Serviço desenvolvido através de raticidas colocados em cochos de PVC, PIP's (chaveado) ou em iscagens diretamente nos locais de atuação de ratos, com acompanhamento para reposição das iscas até o perfeito controle dos roedores, durante o período de garantia do mesmo. Os cochos colocados deverão ser removidos do local por nossa equipe e ao final do tratamento serão por nós retirados.

1.3 DESCUPINIZAÇÃO

Este serviço consta da aplicação de cupinicida, nos locais onde apresentarem foco, utilizando técnicas e equipamentos adequados para o controle e extermínio da praga alvo. Poderemos realizar uma Barreira química na alvenaria inferior e superior, partes internas e externas quando forem previamente acordadas.

2. PLANILHA DE PREÇO E DADOS BASICOS:

| ITEM | SERVIÇO EXECUTADO | AREA INTERNA M² | ÁREA EXTERNA M² | VALOR (POR APLICAÇÃO) | TOTAL 12 APLICAÇÕES |
|------|---|-----------------|-----------------|-----------------------|---------------------|
| 1 | DESINSETIZAÇÃO: Contra Baratas, Formigas, Escorpiões, Mosquitos e Muriçocas em todas as dependências internas e áreas externas DESRATIZAÇÃO: Em todas as dependências internas e externas que se fizerem necessárias DESCUPINIZAÇÃO: preventiva no subsolo . DESINSETIZAÇÃO (Mosquitos): serviço realizado através de Atomização em todas as áreas comuns internas do prédio e algumas salas específicas. - atomização para mosquitos e pernilongos, inclusive o da dengue. Com 1 aplicação todo mês | 4.212 m² | 6.880 m² | R\$ 649,00 | R\$ 7.788,00 |

2.1. Valor Mensal Dos Serviços:(Seiscentos e Quarenta e Nove Reais).....R\$ 649,00

2.2. Valor Total dos Serviços.....(Sete Mil, Setecentos e Oitenta e Oito Reais).....R\$ 7.788,00

Obs. Nos preços oferecidos estão inclusos todos os tributos, fretes, seguros e toda e qualquer despesa que incida ou venha a incidir sobre o objeto deste Orçamento.

2.3. METODOLOGIA DAS APLICAÇÕES:

- 02 (duas) dedetizações gerais, por ano, quando serão dedetizados todos os ambientes internos e externos da PRPE; A primeira dedetização geral deverá ocorrer no início do contrato e, a segunda dedetização geral, após 06 (seis) meses a primeira;
- Além das dedetizações gerais descritas no subitem acima, serão realizadas dedetizações e atomizações mensalmente nas áreas comuns e em áreas indicadas pelo setor demandante, ou a qualquer tempo, caso haja qualquer ocorrência de praga no prazo de 3 dias úteis mediante aviso prévio e agendamento com o setor de logística da empresa.
- Os serviços de dedetização e atomização deverão ser realizados obrigatoriamente aos sábados, pela manhã, nos ambientes previamente indicados pela contratante, tais como: corredores dos andares, salas, auditório e recepção

3. FORMA DE PAGAMENTO: MEDIANTE EMPENHO

4. VALIDADE DA PROPOSTA: 90 (NOVENTA) DIAS.

5. GARANTIA / ASSISTÊNCIA DOS SERVIÇOS: 12 MESES.

6. DADOS CADASTRAIS DA SOCASA

Proponente: SOCASA SAÚDE AMBIENTAL LTDA-EPP

Telefone: 81-3787-3716

E-mail: socasadedetizacao@hotmail.com e alvenivilaca@hotmail.com

CNPJ: 12.882.148/0001-86

Inscrição Estadual: ISENTA

Inscrição Municipal: 087.547-3

Endereço: Rua Coronel João José Figueiredo, 153, Salgadinho, Olinda, PE - CEP: 53.110-170

Inscrição no simples: (X) SIM () NÃO

7. DADOS BANCARIOS DA EMPRESA:

BANCO: Nº 104 - **NOME DO BANCO:** CAIXA ECONOMICA FEDERAL – **AGENCIA:** Nº 1584,
CONTA CORRENTE: Nº 2933-9. **NOME DA AGÊNCIA:** AV. AGAMENOM MAGALHÃES, PE

Estamos ao inteiro dispor de V.Sa., para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente:



Alveni Vilaca

Diretora Administrativa

RG. 1.079.116.SDS-PE

CPF. 439.183.954-72

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ARTICULAÇÃO E REGISTRO DE PREÇOS

PLANILHA DE ESTIMATIVA DE PREÇOS

| Processo | Descrição | Item | Quantidade |
|-------------------------|--|------|------------|
| 1.26.000.001723/2024-40 | SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO DA SEDE DA PRPE | 1 | 1 |

| Ordem | Parâmetro | Fonte | Valores Obtidos | Valores Homogêneos | Valores Homogêneos | Valores Homogêneos | Valores Homogêneos |
|-------|--------------|--|-----------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| 1 | Fornecedores | SOCASA DEDETIZAÇÃO (CNPJ: 12.882.148/0001-86) | R\$ 7.788,00 | PARAR | PARAR | PARAR | PARAR |
| 2 | Fornecedores | IMUNE SAÚDE AMBIENTAL (CNPJ: 09.024.439/0001-29) | R\$ 6.960,00 | PARAR | PARAR | PARAR | PARAR |
| 3 | Fornecedores | LÍDER SAÚDE AMBIENTAL (CNPJ: 07.730.838/0001-80) | R\$ 15.000,00 | PARAR | PARAR | PARAR | PARAR |
| 4 | Fornecedores | | | PARAR | PARAR | PARAR | PARAR |
| 5 | | | | | | | |
| 6 | | | | | | | |
| 7 | | | | | | | |
| 8 | | | | | | | |
| 9 | | | | | | | |
| 10 | | | | | | | |

| ANÁLISE | 1ª Análise | 2ª Análise | 3ª Análise | 4ª Análise | 5ª Análise |
|---------------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Quantidade de Valores Obtidos: | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Menor Valor Obtido: | 6960,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Média (μ): | 9916,00 | ERRO | ERRO | ERRO | ERRO |
| Desvio-Padrão (σ): | 3610,79 | ERRO | ERRO | ERRO | ERRO |
| Valores Discrepantes (μ - 1σ): | 6305,21 | ERRO | ERRO | ERRO | ERRO |
| Valores Discrepantes (μ + 1σ): | 13526,79 | ERRO | ERRO | ERRO | ERRO |
| Coefficiente de Variação (σ/μ): | 0,364 | ERRO | ERRO | ERRO | ERRO |
| Conclusão da Análise: | | | | | |

| | | | | | |
|-----------------------------|--------------|----------|----------|----------|----------|
| Valor Estimado Considerado: | R\$ 6.960,00 | ANTERIOR | ANTERIOR | ANTERIOR | ANTERIOR |
|-----------------------------|--------------|----------|----------|----------|----------|

R\$ 6.960,00

MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

I - DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para os serviços de combate a pragas urbanas, englobando desinsetização, inclusive do mosquito da dengue e pernilongos, desratização e descupinização nas dependências internas e externas da PRPE.

II - DO OBJETIVO

O gerenciamento de riscos permite identificação dos principais riscos que possam comprometer a efetividade do Planejamento da Contratação, da Seleção do Fornecedor e da Gestão Contratual ou que impeçam o alcance dos resultados que atendam às necessidades da contratação.

III - DOS PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DOS RISCOS

1. Escala de Probabilidade:

| Descritor | Descrição | Ocorrências | Nível |
|------------------|--|--------------------|--------------|
| Muito Baixa | Evento extraordinário, sem histórico de ocorrência. | Até 5 | 1 |
| Baixa | Evento casual e inesperado, sem histórico de ocorrência. | > 5 até 10 | 2 |
| Média | Evento esperado, de frequência reduzida, e com histórico de ocorrência parcialmente conhecido. | > 10 até 15 | 3 |
| Alta | Evento usual, com histórico de ocorrência amplamente conhecido. | > 15 até 20 | 4 |
| Muito Alta | Evento repetitivo e constante. | > 20 | 5 |

2. Escala de Impacto:

| Descritor | Descrição | Nível |
|------------------|---|--------------|
| Muito Baixo | Impacto insignificante nos objetivos. | 1 |
| Baixo | Impacto mínimo nos objetivos. | 2 |
| Médio | Impacto mediano nos objetivos, com possibilidade de recuperação. | 3 |
| Alto | Impacto significativo nos objetivos, com possibilidade remota de recuperação. | 4 |
| Muito Alto | Impacto máximo nos objetivos, sem possibilidade de recuperação. | 5 |

3. Escala de Classificação de Risco

| NÍVEL DE RISCO (= P X I) | | | |
|--------------------------|-------|--------|---------|
| BAIXO | MÉDIO | ALTO | EXTREMO |
| 1 – 2 | 3 – 6 | 8 – 12 | 15 – 25 |

| NÍVEL DO RISCO | PRIORIZAÇÃO E TRATAMENTO DO RISCO |
|----------------|---|
| EXTREMO | Nível de risco muito além do apetite a risco. Qualquer risco nesse nível deve ter uma resposta imediata e ser constantemente monitorado. |
| ALTO | Nível de risco além do apetite a risco. Qualquer risco nesse nível deve ter uma ação tomada em período determinado e ser constantemente monitorado. |
| MÉDIO | Nível de risco dentro do apetite a risco. Geralmente nenhuma medida especial é necessária, porém requer atividades de monitoramento específicas e atenção da gerência na manutenção preventiva e de contingência para manter o risco nesse nível, ou reduzi-lo sem custos adicionais. |
| BAIXO | Nível de risco dentro do apetite a risco, onde há possíveis oportunidades de maior retorno que podem ser exploradas assumindo-se mais riscos, avaliando a relação custos x benefícios, se autorizado pelo Secretário da Unidade. |

4. Matriz de Riscos

| | | PROBABILIDADE | | | | |
|---------|-----------------|-----------------------|--------------|--------------|-------------|----------------------|
| | | (1) Muito Baixa | (2) Baixa | (3) Média | (4) Alta | (5) Muito Alta |
| IMPACTO | 5 - Muito Alto | 5 | 10 | 15 | 20 | 25 |
| | 4 - Alto | 4 | 8 | 12 | 16 | 20 |
| | 3 - Médio | 3 | 6 | 9 | 12 | 15 |
| | 2 - Baixo | 2 | 4 | 6 | 8 | 10 |
| | 1 - Muito Baixo | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

IV - DA AVALIAÇÃO E TRATAMENTO DOS RISCOS IDENTIFICADOS

| | | | |
|-----------------|--------------------------|---|---|
| RISCO 01 | Risco: | ATRASO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO. | |
| | Probabilidade: | Baixa (2) | |
| | Impacto: | Média (3) | |
| | Possíveis Causas: | Falha nos processos de planejamento da contratação; falta do apoio técnico do órgão nas especificações do objeto; falha na comunicação entre os setores da unidade; falta de capacitação para os servidores envolvidos. | |
| | Dano 1: | Atraso no início da execução do contrato. | |
| | Dano 2: | Demora na disponibilização da solução para a PRPE, comprometendo a continuidade dos serviços públicos, além de ocasionar prejuízo ou a segurança de pessoas. | |
| | Tratamento: | Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes). | |
| | Id | Ação Preventiva | Responsável |
| | 1 | Elaborar e seguir rigorosamente o Calendário Anual de Contratações. | Equipe de Planejamento da Contratação |
| | 2 | Celeridade e eficiência na elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares e do Termo de Referência, que permitam uma contratação com critérios objetivos. | Equipe de planejamento da contratação / Setor Demandante / Área técnica |
| RISCO 02 | 3 | Capacitação dos servidores envolvidos na contratação. | Autoridade Competente do Órgão |
| | 4 | Manter uma comunicação ativa entre os componentes da equipe de planejamento e realizar reuniões periódicas para resolver as demandas envolvidas. | CODAM |
| | Id | Ação de Contingência | Responsável |
| | 1 | Alocação integral da Equipe de Planejamento da Contratação na condução do processo de aquisição. | Equipe de Planejamento da Contratação |
| | 2 | Celeridade na contratação e no processo de homologação. | SLDE/ASSJUR |
| | 3 | Verificar a possibilidade de contratação emergencial, via dispensa de licitação. | Gestor do Contrato |

| | | | |
|-----------------|--------------------------|--|---|
| RISCO 02 | Risco: | FALHA NA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA (O OBJETO NÃO É CLARAMENTE DEFINIDO) OU NO PROJETO BÁSICO | |
| | Possíveis causas: | Falta de conhecimento do objeto; Falta do apoio técnico do órgão nas especificações do objeto; falta de capacitação para os servidores envolvidos. | |
| | Probabilidade: | Baixa (2) | |
| | Impacto: | Alto (4) | |
| | Dano 1: | O objeto contratado não atenderá a todas as demandas da unidade, acarretando a insatisfação dos usuários e prejuízos ao órgão. | |
| | Dano 2: | Licitação/Disputa fracassada ou deserta, acarretando desperdício de recursos (pessoal, financeiro, etc.) | |
| | Dano 3: | Elaboração de edital inadequado gerando recursos ou impugnação quando da sua publicação. | |
| | Tratamento: | Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes) | |
| | Id | Ação Preventiva | Responsável |
| | 1 | Participação da área demandante/equipe de apoio especializada durante o processo de definição dos requisitos da contratação. | Equipe de Planejamento da Contratação |
| RISCO 03 | 2 | Descrição clara e objetiva do objeto da contratação. | Setor Demandante |
| | 3 | Capacitação dos servidores envolvidos na contratação. | Autoridade Competente do Órgão |
| | Id | Ação de Contingência | Responsável |
| | 1 | Cancelar a contratação e reelaborar o Termo de Referência (TR). | Autoridade Competente do Órgão / Setor Demandante |

| | | | |
|-----------------|--------------------------|--|--|
| RISCO 03 | Risco: | FALHA NA PESQUISA DE MERCADO (PREÇO INEXEQUÍVEL OU SUPERESTIMADO). | |
| | Probabilidade: | Baixa (2) | |
| | Impacto: | Alto (4) | |
| | Possíveis Causas: | Utilização de parâmetro e metodologia inadequado no levantamento da pesquisa de mercado, bem como a utilização de amostras de tamanho insuficiente para refletir a realidade do mercado. | |
| | Dano 1: | Prejuízos ao erário, levando a contratações superfaturadas | |

| | | | |
|--|--------------------|--|--|
| | Dano 2: | Frustração da licitação/disputa, gerando gastos processuais elevados e atraso no início da execução do objeto. | |
| | Tratamento: | Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes) | |
| | Id | Ação Preventiva | Responsável |
| | 1 | Para formação dos preços de referência utilizar o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, quando possível ou cotação com empresas especializadas na região. | Equipe de Planejamento da Contratação / Área técnica |
| | 2 | Capacitação dos servidores envolvidos na contratação. | Autoridade Competente do Órgão |
| | Id | Ação de Contingência | Responsável |
| | 2 | Cancelamento da contratação para reelaboração da pesquisa de preço. | Autoridade Competente do Órgão / Área técnica |

| | | | |
|-----------------|--------------------------|--|---|
| RISCO 04 | Risco: | BAIXO NÚMERO DE EMPRESAS PARTICIPANDO DO CERTAME. | |
| | Probabilidade: | Baixa (2) | |
| | Impacto: | Médio (3) | |
| | Possíveis Causas: | Número reduzido de empresas habilitadas na região; Não é dada ampla publicidade ao edital; Excessivo número de critérios de habilitação, incompatíveis com o mercado. | |
| | Dano 1: | Licitação deserta e/ou fracassada e atraso no início da prestação dos serviços. | |
| | Tratamento: | Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes). | |
| | Id | Ação Preventiva | Responsável |
| | 1 | Definição dos critérios de habilitação em consonância com as exigências do mercado, realizando pesquisa de mercado na fase do ETP. | Equipe de planejamento da contratação / Área técnica |
| | 2 | Especificar o serviço de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer. | Setor Demandante / Área Técnica |
| | 3 | Iniciar o processo de contratação com antecedência, considerando o prazo para repetição da licitação, caso esta venha a ser fracassada. | CODAM |
| | 4 | Dar ampla publicidade ao edital. | SLDE |
| | Id | Ação de Contingência | Responsável |
| | 1 | Em caso de certame deserto ou fracassado, repetir a licitação alterando os critérios de habilitação ou qualquer outro que tenha dado causa a frustração do certame, como por exemplo a exclusividade para empresas MEs/EPPs. | Equipe de planejamento da contratação / Setor Demandante / Área técnica |
| | 2 | Verificar a possibilidade de contratação emergencial, via dispensa de licitação. | Gestor do Contrato |

| | | | |
|-----------------|--------------------------|--|---|
| RISCO 05 | Risco: | FALHA NA SELEÇÃO DE FORNECEDORES NO QUE DIZ RESPEITO À ANÁLISE DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO. | |
| | Probabilidade: | Baixa (2) | |
| | Impacto: | Alto (4) | |
| | Possíveis Causas: | Falhas na descrição do objeto / serviços; Insuficiência dos critérios de habilitação; Falha do Agente da Contratação/Pregoeiro | |
| | Dano 1: | Insucesso nos resultados pretendidos, podendo gerar prejuízos ao órgão. | |
| | Dano 2: | Atraso na contratação. | |
| | Tratamento: | Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes). | |
| | Id | Ação Preventiva | Responsável |
| | 1 | Definição dos critérios de habilitação em consonância com a solução mais adequada, de acordo com a pesquisa de mercado, inclusive com exigência de atestado de capacidade técnica. | Equipe de planejamento da contratação / Setor Demandante / Área Técnica |
| | 2 | Especificar o serviço de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer. | Setor Demandante / Área Técnica |
| | 3 | Inclusão da área técnica / Demandante na equipe de planejamento da contratação. | Autoridade Competente do Órgão |
| | 4 | Análise minuciosa da documentação de habilitação, fazendo uso de lista de verificação, principalmente quanto à qualificação técnico-operacional do licitante, inclusive por meio de diligência, caso se mostre necessário, para verificar a autenticidade dos documentos enviados e a comprovação de que atendem aos requisitos do edital. | SLDE Setor Demandante/Área Técnica |
| | 5 | Capacitação dos servidores envolvidos na contratação. | Autoridade Competente do Órgão |
| | Id | Ação de Contingência | Responsável |

| | | | |
|--|---|---|-------|
| | 1 | Planejar nova contratação eliminando as possíveis falhas, para substituir o serviço contratado. | CODAM |
|--|---|---|-------|

| | | | |
|-----------------|--------------------------|---|---------------------------------------|
| RISCO 06 | Risco: | RECUSA DA EMPRESA CONTRATADA A ASSINAR O CONTRATO | |
| | Probabilidade: | Baixa (2) | |
| | Impacto: | Alto (4) | |
| | Possíveis Causas: | Insuficiência dos critérios de habilitação | |
| | Dano 1: | Atraso na contratação dos serviços, podendo gerar prejuízos ao órgão. | |
| | Tratamento: | Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes). | |
| | Id | Ação Preventiva | Responsável |
| | 1 | Verificação, na fase de habilitação do certame, que o fornecedor reúne todos os requisitos habilitatórios exigidos em edital. | Autoridade Competente do Órgão |
| | Id | Ação de Contingência | Responsável |
| | 1 | Definir punição no edital para empresa adjudicada que não assinar o contrato dentro do prazo estipulado. | Equipe de planejamento da contratação |
| | 2 | Reabertura do certame e volta de fases na licitação para convocação do fornecedor mais bem classificado. | CODAM |

| | | | |
|-----------------|--------------------------|--|--|
| RISCO 07 | Risco: | INCAPACIDADE TOTAL OU PARCIAL DA EMPRESA EM ENTREGAR O OBJETO | |
| | Probabilidade: | Média (2) | |
| | Impacto: | Muito Alto (5) | |
| | Possíveis Causas: | Insuficiência dos critérios de habilitação e qualificação técnica | |
| | Dano 1: | Insucesso nos resultados pretendidos, podendo gerar prejuízos ao órgão. | |
| | Tratamento: | Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes). | |
| | Id | Ação Preventiva | Responsável |
| | 1 | Exigir requisitos habilitatórios relativos à qualificação econômica – financeira. | Equipe de planejamento da contratação / Área Técnica |
| | 2 | Prever no edital a qualificação técnica necessária para a contratação, com apresentação de atestado e comprovação de infraestrutura adequada e equipe técnica qualificada. | Equipe de planejamento da contratação / Área Técnica |
| | Id | Ação de Contingência | Responsável |
| | 1 | Planejar nova contratação eliminando as possíveis falhas, para substituir o serviço contratado. | CODAM |
| | 2 | Prever no edital a aplicação das sanções contratuais | Equipe de planejamento da contratação / Área Técnica |

| | | | |
|-----------------|--------------------------|--|--------------------------|
| RISCO 08 | Risco: | FALHAS NA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO. | |
| | Probabilidade: | Baixa (2) | |
| | Impacto: | Muito Alto (5) | |
| | Possíveis Causas: | Falta de treinamento para os servidores, na área de gestão e fiscalização de contratos; número insuficiente de servidores trabalhando na área administrativa do órgão. | |
| | Dano 1: | Descumprimento das cláusulas contratuais que possam comprometer os objetivos da contratação e trazer prejuízos irreparáveis ao órgão; descontinuidade do contrato. | |
| | Tratamento: | Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes). | |
| | Id | Ação Preventiva | Responsável |
| | 1 | Realizar ou disponibilizar eventos de capacitação periodicamente para os servidores envolvidos na gestão e fiscalização de contratos. | Alta Administração / CGP |
| | 2 | Realizar Gestão por Competências, alocando, para cada cargo, os servidores que disponham das competências e aptidões necessárias para tanto. | Alta Administração / CGP |
| | 3 | Designar, sempre que possível, servidor da área técnica/demandante, para atuar na fiscalização do contrato. | CODAM |
| | 4 | Elaborar, sempre que possível, listas de verificação para auxílio dos fiscais nos contratos mais complexos. | Setor demandante |
| | Id | Ação de Contingência | Responsável |
| | 1 | Substituição do fiscal do contrato. | CODAM |
| | 2 | Caso seja verificado descumprimento a alguma cláusula contratual, deve-se aplicar as devidas penalidades e/ou glosas, caso necessário. | Setor demandante |
| | 3 | Em caso de interrupção dos contratos de serviços contínuos, realizar contratações emergenciais. | DICGC / SLDE |

V - DA CLASSIFICAÇÃO DOS RISCOS IDENTIFICADOS

| Id | Risco | Relacionado ao(à): | P | I | Nível de Risco (P x I) |
|-----|---|-----------------------------|---|---|------------------------|
| R01 | Falha na análise da necessidade e no levantamento das soluções de mercado disponíveis | Planejamento da Contratação | 2 | 3 | 6 |
| R02 | Falha na elaboração do termo de referência (o objeto não é claramente definido). | Planejamento da Contratação | 2 | 4 | 8 |
| R03 | Falha na pesquisa de mercado (preço inexequível ou superestimado). | Planejamento da Contratação | 2 | 4 | 8 |
| R04 | Atraso no processo administrativo de contratação. | Planejamento da Contratação | 2 | 3 | 6 |
| R05 | Baixo número de empresas participando do certame. | Seleção do Fornecedor | 2 | 4 | 8 |
| R06 | Falha na seleção de fornecedores no que diz respeito a análise da proposta, dos documentos de habilitação e dos recursos. | Seleção do Fornecedor | 2 | 4 | 8 |
| R07 | Incapacidade total ou parcial da empresa em entregar o objeto (contratação de empresa não especializada). | Fiscalização Contratual | 2 | 5 | 10 |
| R08 | Falhas na fiscalização e gestão do contrato. | Fiscalização Contratual | 2 | 5 | 10 |

VI - DA MATRIZ DOS RISCOS IDENTIFICADOS

| | | PROBABILIDADE | | | | |
|---------|-----------------|-----------------------|-----------------------------|--------------|-------------|----------------------|
| | | (1) Muito Baixa | (2) Baixa | (3) Média | (4) Alta | (5) Muito Alta |
| IMPACTO | 5 - Muito Alto | 5 | 10 R07 / R08 | 15 | 20 | 25 |
| | 4 - Alto | 4 | 8 R02 / R03 R05 / R06 | 12 | 16 | 20 |
| | 3 - Médio | 3 | 6 R01 / R04 | 9 | 12 | 15 |
| | 2 - Baixo | 2 | 4 | 6 | 8 | 10 |
| | 1 - Muito Baixo | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

VII - DA CONCLUSÃO E DAS AÇÕES PREVENTIVAS

De acordo com a Matriz de Riscos, verificamos que os riscos 02, 03, 05, 06, 07 e 08 classificam-se como de ALTO RISCO, estando acima do apetite de risco da PRPE, pois, apesar da baixa probabilidade de ocorrência, os impactos para os objetivos da contratação são de difícil recuperação, caso venham a ocorrer

no caso concreto. Conhecidos estes riscos, todos os setores envolvidos com a contratação devem se comprometer com as ações preventivas determinadas neste documento e monitorar as hipóteses de ocorrência, estando atentos para a necessidade de se implementar as ações de contingência.

Cumpra informar que as ações preventivas relativas à fase de Planejamento das Contratações já foram tomadas, conforme pode ser acompanhado através do Estudo Técnico Preliminar. As ações preventivas pertinentes aos riscos envolvidos na fase de seleção do fornecedor e gestão contratual serão implementadas no tempo oportuno. É importante ressaltar ainda que o controle administrativo deve ocorrer durante todas as fases da contratação, de modo que o Mapa de Riscos possa ser alterado à medida que as etapas avançam.

Segue abaixo a referência temporal para a implementação de cada ação preventiva determinada para os riscos classificados como ALTO ou EXTREMO:

RISCO 02: FALHA NA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA (O OBJETO NÃO É CLARAMENTE DEFINIDO) OU NO PROJETO BÁSICO.

| | AÇÃO PREVENTIVA | PERÍODO DETERMINADO |
|---|--|--|
| 1 | Participação da área demandante/equipe de apoio especializada durante o processo de definição dos requisitos da contratação. | Fase de planejamento - ok |
| 2 | Descrição clara e objetiva do objeto da contratação. | Fase de planejamento - ok |
| 3 | Capacitação dos servidores envolvidos na contratação. | Os servidores envolvidos possuem cursos atualizados na área ¹ . |

RISCO 03: FALHA NA PESQUISA DE MERCADO (PREÇO INEXEQUÍVEL OU SUPERESTIMADO).

| | AÇÃO PREVENTIVA | PERÍODO DETERMINADO |
|---|--|--|
| 1 | Para formação dos preços de referência utilizar o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, quando possível ou cotação com empresas especializadas na região. | Fase de planejamento - ok |
| 2 | Capacitação dos servidores envolvidos na contratação. | Os servidores envolvidos possuem cursos atualizados na área ¹ . |

RISCO 05: FALHA NA SELEÇÃO DE FORNECEDORES NO QUE DIZ RESPEITO A ANÁLISE DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

| | AÇÃO PREVENTIVA | PERÍODO DETERMINADO |
|---|--|--|
| 1 | Definição dos critérios de habilitação em consonância com a solução mais adequada, de acordo com a pesquisa de mercado, inclusive com exigência de atestado de capacidade técnica. | Fase de planejamento - ok |
| 2 | Especificar o serviço de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer. | Fase de planejamento - ok |
| 3 | Inclusão da área técnica / Demandante na equipe de planejamento da contratação. | Fase de planejamento - ok |
| 4 | Análise minuciosa da documentação de habilitação, fazendo uso de lista de verificação, principalmente quanto à qualificação técnico-operacional do licitante, inclusive por meio de diligência, caso se mostre necessário, para verificar a autenticidade dos documentos enviados e a comprovação de que atendem aos requisitos do edital. | Fase de habilitação |
| 5 | Capacitação dos servidores envolvidos na contratação. | Os servidores envolvidos possuem cursos atualizados na área ¹ . |

RISCO 06: RECUSA DA EMPRESA CONTRATADA A ASSINAR O CONTRATO.

| | AÇÃO PREVENTIVA | PERÍODO DETERMINADO |
|--|-----------------|---------------------|
|--|-----------------|---------------------|

| | | |
|---|---|---------------------|
| 1 | Verificação na fase de habilitação do certame que o fornecedor reúne todos os requisitos habilitatórios exigidos em edital. | Fase de habilitação |
|---|---|---------------------|

RISCO 07: INCAPACIDADE TOTAL OU PARCIAL DA EMPRESA EM ENTREGAR O OBJETO.

| | AÇÃO PREVENTIVA | PERÍODO DETERMINADO |
|---|--|---------------------------|
| 1 | Exigir requisitos habilitatórios relativos à qualificação econômica – financeira. | Fase de planejamento - ok |
| 2 | Prever no edital a qualificação técnica necessária para a contratação, com apresentação de atestado e comprovação de infraestrutura adequada e equipe técnica qualificada. | Fase de planejamento - ok |

RISCO 08: FALHAS NA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO.

| | AÇÃO PREVENTIVA | PERÍODO DETERMINADO |
|---|--|---|
| 1 | Realizar ou disponibilizar eventos de capacitação periodicamente para os servidores envolvidos na gestão e fiscalização de contratos. | De acordo com o plano de capacitação anual da PRPE. |
| 2 | Realizar Gestão por Competências, alocando, para cada cargo, os servidores que disponham das competências e aptidões necessárias para tanto. | De acordo com o plano de capacitação anual da PRPE. |
| 3 | Designar, sempre que possível, servidor da área técnica/demandante, para atuar na fiscalização do contrato. | Fase de planejamento - ok |
| 4 | Elaborar, sempre que possível, listas de verificação para auxílio dos fiscais nos contratos mais complexos. | Fiscalização do Contrato – Fase da gestão contratual. |

¹Os gestores de cada setor devem buscar atualização constante para a sua equipe, na área de sua atuação, para conhecimento das alterações na legislação, jurisprudência e da melhor doutrina.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Registro de Arquivo Complementar

(Gerado automaticamente pelo sistema)

Expediente:

PR-PE-00048431/2024 - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR nº 21-2024

Complementar - Mapa de Riscos - Dedetização.SEDE (Versão final).doc

Este arquivo complementar poderá ser acessado pelo link abaixo:

[Mapa de Riscos - Dedetização.SEDE \(Versão final\).doc](#)